Demonstrações Contábeis

Alupar Investimento S.A.

31 de dezembro 2009 e 2008

Alupar Investimento S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2009 e 2008

Índice

Relatório da administração 1

Parecer dos auditores independentes 13

Demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais 15
Demonstrações do resultado 17
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 18
Demonstrações dos fluxos de caixa 20
Demonstrações do valor adicionado 21
Balanços sociais 22
Notas explicativas às demonstrações contábeis 24

Relatório da Administração

Aos Acionistas

A Administração da Alupar Investimento S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, acompanhada do parecer dos auditores independentes., Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está a disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

A Companhia

A Alupar Investimento S.A., "Companhia ou Alupar", constituída em 27 de setembro de 2006, tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infra-estrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infra-estrutura.

A Alupar foi constituída pela Cia Técnica de Engenharia Elétrica, com o objetivo de aperfeiçoar a estrutura societária de seus negócios, passando a figurar como holding das investidas dedicadas à geração e transmissão de energia elétrica. Para isso, em 26 de setembro de 2007, procedeu a uma ampla reestruturação societária, que consistiu na transferência dos investimentos em empresas de geração e transmissão de energia elétrica para a Alupar.

Em 31 de dezembro de 2008, a Cia. Técnica de Engenharia Elétrica, controladora da Alupar, deliberou em Assembléia Geral Extraordinária, a apreciação e concomitante aprovação do Protocolo de Intenções e Justificação firmado em 30 de dezembro de 2008, acerca da sua incorporação pela Guarupart Participações Ltda.. Com a aprovação unânime do Protocolo, a Cia. Técnica foi declarada extinta sendo que a incorporadora Guarupart, na qualidade de sucessora da Cia. Técnica assumirá todos os direitos e obrigações da sociedade extinta nesta data.

Em 18 de setembro de 2009, os acionistas aprovaram em assembléia geral extraordinária um aumento do capital social, mediante a emissão de 29.243.000 novas ações ordinárias nominativas, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pelo Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS. Com a integralização dos recursos, realizada em 28 de setembro de 2009, o FI-FGTS passou a deter 17,84% do capital social da Companhia.

Nesta data também foi firmado Acordo de Acionistas entre a Guarupart Participações Ltda. e o FI-FGTS, o qual se encontra arquivado na sede da Companhia.

Direitos dos acionistas

Os acionistas da Companhia possuem direito de preferência para subscrição de novas ações, ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, cujo prazo para exercício será de 30 (trinta) dias. Este direito de preferência poderá, no entanto, a critério do Conselho de Administração, ser excluído ou ter seu prazo para exercício reduzido, na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações, dentro do limite do capital autorizado.

Ademais, aos acionistas é assegurado pelo Estatuto Social, o direito de receber com dividendo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, acrescido ou diminuído dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à constituição de reserva para contingência e reversão desta, formada em exercícios anteriores.

Dentro do limite de capital autorizado pelo Estatuto Social, e de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral, a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle.

Concessões de linhas de transmissão

A Alupar participa de 15 empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil. Das 15 concessionárias, 3 se encontram em fase pré-operacional, sendo que as 12 concessionárias em atividade operam 3.391,5 quilômetros de linhas de transmissão.

As participações da Alupar nas 15 concessionárias de transmissão estão apresentadas a seguir:

Empresas	Participação Direta		Participação Indireta	
	No capital votante	No capital total	No capital votante	No capital total
Companhia Transleste de Transmissão (*)	-	-	41,00%	41,00%
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	-	-	41,00%	41,00%
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	-	-	41,00%	41,00%
Empresa de Transmissão do Espirito Santo S.A.	100,00%	100,00%	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão S.A. - EATE	50,02%	35,87%	-	-
Empresa Norte de Transmissão S.A. - ENTE	50,01%	50,01%	-	-
Empresa Regional de Transmissão S.A. - ERTE	50,01%	50,01%	-	-
Empresa Catarinense de Transmissão S.A. – ECTE	40,01%	40,01%	-	-
Empresa Paraense de Transmissão S.A. - ETEP	50,02%	40,21%	-	-
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. – STN	51,00%	51,00%	-	-
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC (**)	20,00%	20,00%	80,00%	80,00%
Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica(**)	15,00%	15,00%	80,00%	80,00%
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE (**)				
Transmissora Matogrossense de Energia S.A – TME	31,00%	31,00%		
Empresa Santos Dumont de Energia S.A – ESDE (***)	-	-	100,00%	100,00%

(*) Participação indireta mediante controle da Transminas.
(**) Participação indireta mediante controle da EATE.
(***) Participação indireta mediante controle da ETEP.

Nossos investimentos em empresas de transmissão de energia elétrica são, em sua maioria, em parcerias com as seguintes empresas: CEMIG, FURNAS, ELETROBRÁS, CHESF, AUTOINVEST, MDU, ELETORNORTE, BIMETAL e CTEEP.

Aquisições de novas linhas de transmissão em leilões realizados em 2009:

- Em 08 de maio de 2009, nossa subsidiária ETEP venceu o lote H (ESDE), composto pela subestação Santos Dumont em 345kV, localizada no estado de Minas Gerais, leiloada pela ANEEL. Com esse lote, nossa RAP foi acrescida de R$8,3 milhões. A ESDE deve entrar em operação em Abril/2011.

  Na mesma data, o consórcio formado pela Alupar (31%), Eletronorte (49%), Bimetal (15%) e CTEEP (5%), venceu o lote E (TME), composto pela linha de transmissão Jauru – Cuiabá e pela subestação Jauru em 500kV, localizada no estado do Mato Grosso, leiloada pela ANEEL. Com esse lote, nossa RAP foi acrescida de R$27,5 milhões e a extensão total de nossas linhas de transmissão foi acrescida de 348 km, A TME deve entrar em operação em Outubro/2011.

- Em 27 de novembro de 2009, a Alupar, em consórcio com a Bimetal Indústria Metalúrgica Ltda., foi vencedora do lote D (ETEM) do Leilão 005/2009 - ANEEL, composto pela linha de transmissão em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 130 km, origem na Subestação Nobres e término na Subestação Cuiabá; Linha de Transmissão em 230 kV, segundo circuito, circuito simples, com extensão aproximada de 105 km, com origem na Subestação Nova Mutum e término na Subestação Nobres. A Rap ofertada pelo consórcio, composto pela Companhia (60%) e Bimetal Indústria Metalúrgica Ltda (40%) foi de R$ 8,4 milhões. A ETEM deve entrar em operação em Setembro/2011.

A Alupar ainda pretende ingressar como acionista, mediante compra da totalidade da participação acionária da Guarupart Participações Ltda., na Transchile - empresa em fase operacional, que detém a concessão para construção, operação e manutenção de 200 km de linha de transmissão de 220 kv no Chile, em um trecho que vai de Charrua a Nueva Temuco.

Para garantia da realização da operação, foi firmado um contrato de compra e venda com condições suspensivas, entre a Alupar e a Guarupart Participações Ltda. (sucessora da Companhia Técnica de Engenharia) em 28 de dezembro de 2007.

Concessões de usinas de energia elétrica

A Alupar está implantando 2 usinas hidrelétricas adquiridas no leilão em 2005. As usinas hidrelétricas em fase pré-operacional são:

- UHE Foz do Rio Claro com 68,4 MW de Potência instalada, localizada no Rio Claro, nos municípios de Cação e São Simão, em Goiás, com investimento estimado em R$ 310 milhões e Receita Anual estimada de R$ 46,0 milhões. A previsão de entrada em operação plena deste empreendimento é maio/2010.
- UHE São José com 51,0 MW de Potência instalada, localizada no rio Ijuí, nos municípios de Salvador das Missões e Rolador, no Rio Grande do Sul, com investimento estimado em R$ 337 milhões e Receita Anual estimada de R$ 30,6 milhões. A previsão de entrada em operação plena é junho/2010.

Autorizações de pequenas centrais hidrelétricas

A Alupar ingressou como acionista em 2 Pequenas Centrais Hidrelétricas no Estado de São Paulo, mediante participação de 50,01% do capital em cada uma delas, , conforme descrito a seguir:

Usina Paulista Queluz de Energia S.A. (PCH Queluz) - com potência instalada de 30 MW e energia assegurada de 21,4 MW, localizada no Rio Paraíba do Sul, no município de Queluz, no Estado de São Paulo, com uma área alagada de 1,27 km^2, investimentos

estimados em R$ 212 milhões, receita bruta projetada de R$ 31,0 milhões e com previsão de entrada em operação plena em Abril/2010.

Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. (PCH Lavrinhas) - com potência instalada de 30 MW e energia assegurada de 21,4 MW, localizada no Rio Paraíba do Sul, no município de Lavrinhas, no Estado de São Paulo, com um área alagada de 0,76 km^2, investimentos estimados em R$ 188 milhões, receita bruta projetada em R$ 27,4 milhões e com previsão de entrada em operação plena em Agosto/2010.

A Alupar iniciou estudos para obtenção de novas autorizações para Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs em diversos estados brasileiros.

Estratégias de negócios

Em 10 de novembro de 2009, a Companhia e a MDU Sul Transmissão de Energia Ltda. (vendedora) e a CENTENNIAL ENERGY HOLDINGS INC (garantidora), firmaram um contrato de compra e venda de ações, cujo objeto é a aquisição pela Alupar de 4.213.710 (quatro milhões, duzentas e treze mil, setecentas e dez) ações ordinárias da ECTE ("Ações"). A conclusão da operação está condicionada à aprovação pela ANEEL e BNDES.

Com a compra destas ações, a Companhia passará a deter 50,02% das ações ordinárias da ECTE, passando assim a ter o controle societário da mesma.

Durante o exercício de 2009, a Companhia efetuou 2 emissões de debêntures públicas, visando a captação de recursos, em torno de R$400,0 milhões, com vencimento em longo prazo, para quitação de dívidas de curto prazo e reforço do capital de giro. Estas operações estão detalhadas nas notas explicativas de empréstimos às demonstrações contábeis do exercício.

Investimentos

Durante o ano de 2009 foram realizados investimentos totais da ordem de 727,4 milhões em nossas empresas, valor este aplicado principalmente na construção de nossas usinas de geração de energia elétrica, na construção de linhas de transmissão e subestações e em novos projetos de geração de energia em diversos estados brasileiros.

Desempenho Econômico

Os principais indicadores econômicos e financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2009	**2008**	**2009**	**2008**
Liquidez geral	**1,82**	0,50	**0,31**	0,14
Liquidez corrente	**15,73**	0,32	**1,44**	0,44
Relação PL+ partic. acionistas não controladores/Ativo total	**0,72**	0,74	**0,40**	0,37
Relação exigível total/ativo total	**0,28**	0,26	**0,60**	0,62
Rentabilidade do PL (%)	**13,4%**	20,3%	**13,67%**	17,13%
Margem EBITDA(%)(*)	**-**	-	**85,37%**	87,57%

(*) Margem de EBITDA (LAJIDA) foi obtida pela divisão do EBITDA pela Receita Operacional Líquida.

O capital circulante líquido negativo apresentado no exercício de 2008,foi revertido no exercício de 2009. Essa reversão foi obtida com o aporte de capital no montante de R$ 400,0 milhões, oriundos da entrada do novo acionista (FI-FGTS) na Alupar, em setembro de 2009 e com o alongamento da dívida de curto prazo mediante a emissão de debêntures.

Comportamento da receita

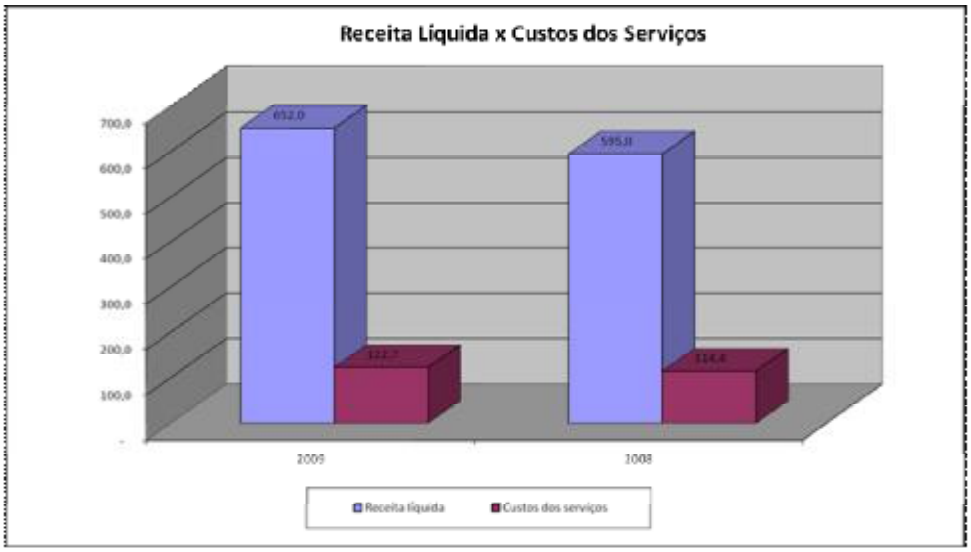
Nossa receita bruta aumentou em R$62,1 milhões ou 9,7%, atingindo R$703,7 milhões no exercício de 2009, comparado a R$641,6 milhões no exercício de 2008. Esse aumento deve-se basicamente ao reajuste anual da Receita Anual Permitida – RAP de nossas transmissoras controladas e controladas em conjunto e da entrada em operação: (i) da nossa controlada ETES em dezembro de 2008, que contribuiu com aumento de R$ 6,4 milhões no exercício de 2009; e (ii) da entrada em operação do novo banco de reatores RBNIA da EATE em fevereiro de 2009, que contribuiu com um aumento de R$5,2 milhões nas receitas deste exercício.

O reajuste anual é apurado de acordo com o previsto no contrato de concessão de cada concessionária, o reajuste anual correspondeu a 3,7%, referente ao período apuração de junho/2008 a maio/2009, calculado com base na variação do IGP-M e foi aplicado às receitas a partir de julho/2009.

Em decorrência das variações acima, a receita líquida aumentou em R$57,0 milhões ou 9,6%, atingindo R$652,0 milhões no exercício de 2009, comparado a R$595,0 milhões no exercício de 2008.

Comportamento dos custos dos serviços

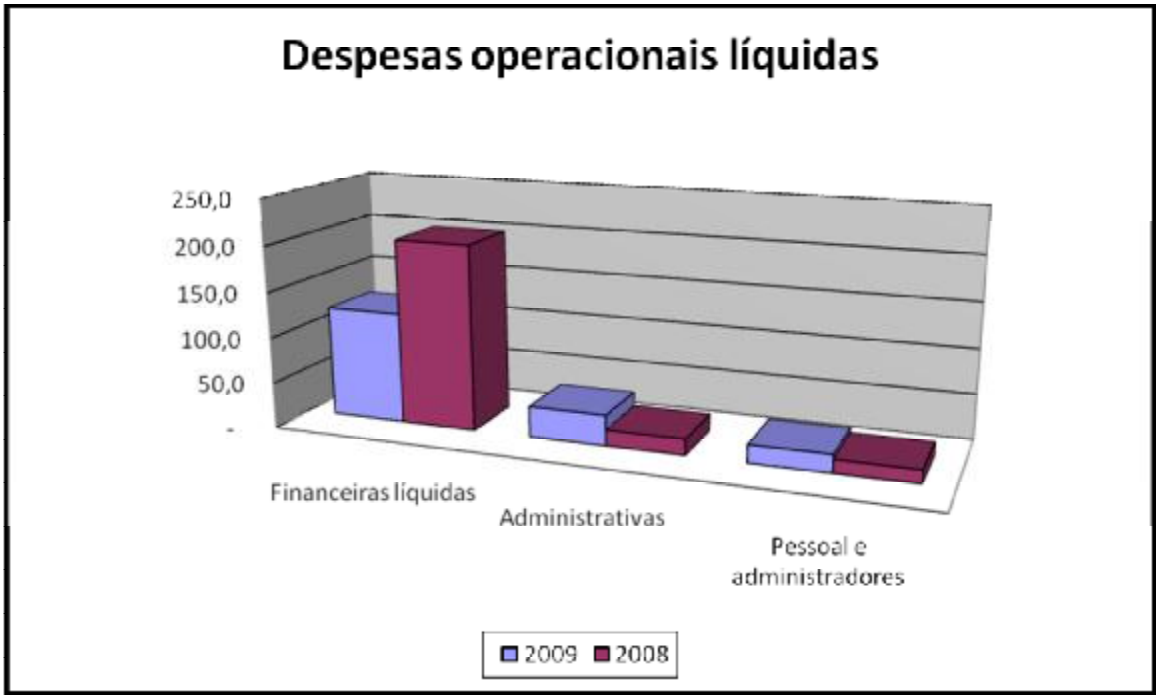
Os custos dos serviços prestados aumentaram em R$8,3 milhões ou 7,3%, atingindo R$122,7 milhões no exercício de 2008, comparadas a R$114,4 milhões no exercício de 2008. Este aumento deve-se basicamente à entrada em operação da ETES, dos reforços dos sistemas (RBNIAs), além da internalização dos serviços de operação e manutenção dos sistemas de transmissão, em algumas de nossas empresas controladas



Obs: valores expressos em milhões de reais

Despesas e receitas operacionais

As despesas operacionais reduziram em R$61,2 milhões ou 154,1%, atingindo R$174,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, comparadas a R$235,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008. Essa variação deve-se principalmente a reduções nas rubricas que compõem as despesas financeiras, dentre as quais destacamos: (i) contratação de financiamentos de longo prazo, com taxas remuneratórias menores que os empréstimos-pontes contratados na fase inicial dos empreendimentos pré-operacionais; (ii) redução dos saldos de nossos empréstimos em moeda estrangeira, sensibilizados fortemente pela valorização do Real frente ao Dólar Norte-americano, além das liquidações dos saldos vencíveis no exercício de 2009.



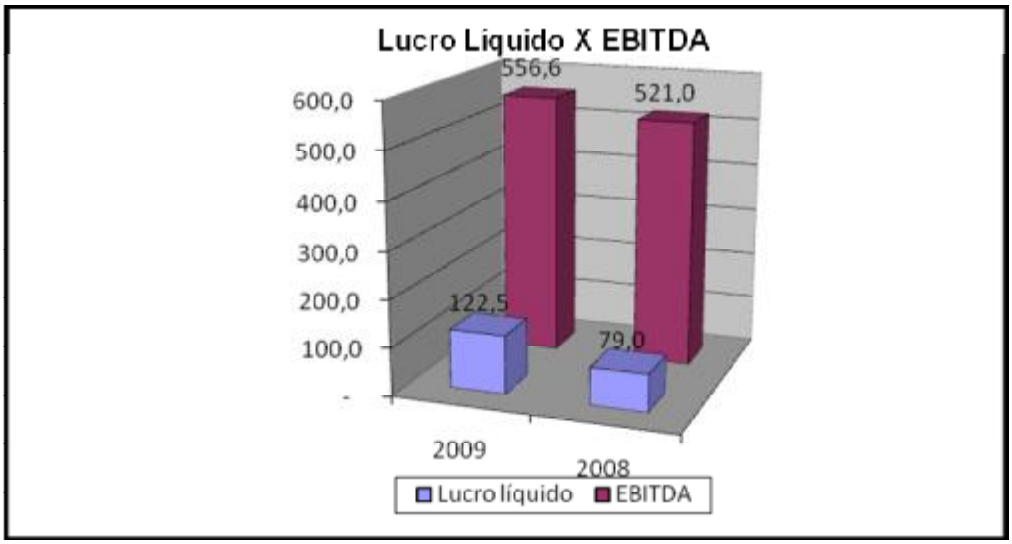
Obs.: valores expressos em milhões de reais

Lucro líquido x EBITDA

O EBITDA é uma medição não contábil, consistindo no lucro líquido antes dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização e da participação dos acionistas não controladores.

Conciliação do EBITDA – R$ milhões

	2009	2008
Lucro líquido do exercício	**122,6**	79,0
(+) Imposto de renda (líquido do incentivo fiscal) e CSLL	**56,4**	37,5
(+) Participação de acionistas não controladores	**184,5**	131,8
(+) Resultado financeiro líquido	**121,4**	203,1
(+) Depreciação/amortização	**71,8**	69,6
(=) EBITDA	**556,6**	521,0



Obs.: valores expressos em milhões de reais

Governança corporativa

Mediante aprovação do Conselho de Administração, a Companhia, mantém os seguintes comitês com seus respectivos regimentos internos:

- Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração; e
- Comitê de Finanças, Auditoria e Contratação de Partes Relacionadas.

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia e suas controladas, firmaram contrato com a Ernest & Young Auditores Independentes, em março de 2009, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão das informações trimestrais e informações contábeis, para um período de 2 anos. Durante o exercício de 2009 a companhia e suas controladas não contrataram prestações de serviços e/ou pagaram honorários não relacionados à auditoria externa de suas demonstrações contábeis aos seus auditores.

A política da companhia e de suas controladas no que tange à contratação de serviços junto aos seus auditores, na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, asseguram que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Ademais, todos os serviços contratados não vinculados com a prestação de auditoria externa têm acompanhamento por parte da administração da companhia e se substância nos princípios que preservam a independência da auditoria.

Responsabilidade sócio-ambiental

O Grupo Alupar, tem um comprometimento social, e acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Por isso, conjuntamente às nossas demonstrações contábeis consolidadas, apresentamos o Balanço Social Consolidado, que constitui-se de informações contábeis e socioambientais, não auditadas, do qual servimo-nos para apresentar os indicadores de nossas contribuições sociais internas, externas e ambientais, além da evidenciação do perfil de nossa força de trabalho.
Destacamos a seguir, diversos projetos voltados ao incentivo à cultura, sociais e ambientais, em que participamos no exercício de 2009, através de nossas controladas e controladas em conjunto:

- Arte na Comunidade – Arte e lazer através do teatro em comunidades do interior do Pará e Maranhão abordando temas importantes para a região, tais como: diversidade humana e cultural, questão indígena, preservação ambiental e cultural, cultura da paz. Atividades relacionadas ao espetáculo realizadas posteriormente às apresentações ampliando o impacto e as reflexões;

- Expedição Vaga Lume – Promoção do acesso ao livro e à leitura em comunidades rurais da Amazônia Legal Brasileira;

- Majestades Anônimas – Berois Roubando o Ofício: O registro e a memória da cultura popular na figura de Ademar Berois;

- Digitalização de Acervo da Cinemateca Brasileira - Reprodução em DVD de trechos do *"Reporter Esso"* veiculados em cinemas;

- Instituto de Pesquisa Sócio - Cultural – Ambiental Mocidade do Futuro – Projeto Mocidade que Samba Estuda e é Feliz: Qualificar profissionalmente jovens, entre 16 e 24 anos, que vivem em situação de risco social em favelas e comunidades pobres;

- Sociedade Afro-brasileira de Desenvolvimento Sócio – Cultural – Projeto Troféu Raça Negra: Realização de um concurso que visa eleger uma personalidade de origem-afro-brasileira, em diversos segmentos culturais,como forma de fortalecer a auto estima desses;

- Instituto de Cultura e Humanidades – Projeto Academia de Idéias: Cursos Livres de Cultura e Humanidades;

- Campo das Vertentes Realizações em Artes e Cultura – Projeto *Mulheres Reais Modas e Modos no Rio de D. João VI:* Confecção de um livro a partir da exposição "Mulheres Reais – Modas e Modos no Rio de Dom João VI. Essa exposição faz uma leitura dos costumes e cultura da época por meio de uma retrospectiva da moda, colocando em contraste as realidades européia e as do mundo colonial;

- Guapuruvu Filmes – Projeto *Ecos de um Futuro Brasil:* resgate da história recente do Brasil (os últimos 25 anos) e registro das grandes transformações ocorridas no pensamento ambiental brasileiro.

- Portal das Artes – Promovido pela Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de SOBRAL – APAE tem por objetivo proporcionar o acesso à cultura para pessoas com deficiência, estudantes da APAE de Sobral/CE e seus familiares, através de aulas música, teatro e dança. Serão atendidos 40 jovens com idade igual ou superior a 08 anos que apresentem coordenação motora satisfatória e habilidade rítmicas desenvolvidas.

- Os séculos XX e XXI – A Ótica da Imprensa Pernambucana: Objetiva a preservação, através da digitalização do acervo do "Jornal do Commércio" que tem em suas páginas a história de Pernambuco e do Brasil. As imagens digitalizadas ficarão preservadas através de 3 coleções de DVD´s que ficarão distribuídas entre o "Jornal do Commércio", o Centro de Atitudes e MINC. Trata-se de um projeto de democratização do acesso à informação.

- Grandes Personalidades Cearenses: Objetiva a produção de uma série de docudramas tendo como temas cearenses ilustres (quando o documentário se associa ao gênero teledramaturgia, da categoria entretenimento, gera um novo gênero classificado como docudrama). Os docudramas serão apresentados na TV O POVO. Todas as escolas de ensino médio do estado do Ceará receberão uma caixa com os capítulos produzidos, bem como um livro com planos-de-aulas, modelos de avaliações, dinâmicas e exercícios.

  Atua também apoiando os seguintes projetos sociais ou ambientais:

  - Redescobrindo a Cidadania (CMDCA - Açailândia/MA) - Oficinas artesanais e profissionalizantes: biscuit, bordado, cerâmica, crochê, pintura em tecido, panificação, marcenaria, marcenaria de brinquedo, informática, serigrafia, dança, teatro, esporte, capoeira, cabelereiro e reforço escolar;
  - (CMDCA - Cuiabá/MT) - **Creche Boa Vontade** - manutenção e alimentação da creche;
  - (CMDCA - Cuiabá/MT) – **APAE:** manutenção da instituição;
  - (CMDCA - Cuiabá/MT) - **Sociedade Pestalozzi:** manutenção da instituição;
  - (CMDCA – Brasnorte/MT) – **Casa Lar da Criança e do Adolescente:** manutenção da instituição;
  - (CMDCA – Juína/ MT) – **Lar da criança:** manutenção da instituição;
  - (CMDCA – Sorriso/MT) – **Lar São Franscisco:** manutenção da instituição;
  - (CMDCA - Salinas/MG) - **APAE: Projeto Amparo a Saúde e Requalificação Profissional** Desenvolvido pela APAE de Salinas - Instituição de apoio a crianças excepcionais;

- (CMDCA Betim/MG) – **Missão Ramacrisna:** projetos de apoio à jovens em situação de risco;
- (CMDCA - Blumenau/SP) - Prefeitura de Blumenau: **Operação Esperança:** reestruturação das famílias que perderam tudo com a chuva.
- (CMDCA - Blumenau/SP) - **Lar Betânia: Criando Asas** - Atendimento de 60 crianças de 0 a 6 anos de idade, portadores de várias deficiências física e mental, proporcionando atendimento psicosocial pedagógico gratuito;
- (CMDCA - Blumenau/SP) - **Associação de Voluntários São Roque:** socialização do menor carente e abandonado, crianças em risco social atendidas pela ONG São Roque nos Centros de Educação Infantil;
- (CMDCA Tupi Paulista/SP) – **Viveiro Florestal:** Estrutura e Desenvolvimento ;
- (CMDCA São Paulo/SP) – **APAE:** manutenção da instituição;
- (CMDCA São Paulo/SP) –**Alfasol:** manutenção do projeto;
- (CMDCA São Paulo/SP) – **Ação Comunitária:** manutenção do projeto;
- (CMDCA-Montes Claros/MG) - **Fundação Sara.** Manutenção e subsídio da Instituição de apoio a crianças com câncer;
- (CMDCA-Montes Claros/MG) – **APAE:** manutenção da instituição;
- (CMDCA - Araçuaí/MG) - Desenvolvido pela APAE de Araçuaí - Instituição de apoio a crianças excepcionais;
- (CMDCA - Abaetetuba/PA) - **Inclusão Digital: Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria do Carmo de Araújo** - Inclusão digital dos alunos e membros da comunidade do bairro São João, no Município de Abaetetuba.
- (CMDCA - Imperatriz/MA) - **Memória Viva** - Dança, cultura, socialização e educação pela execução de representação de danças típicas do folclore maranhense com a construção de um Bumba Meu Boi e Cacuriá. Confecção de indumentárias, coreografias, ensaios e apresentações;
- (CMDCA - Belém/PA) – **Projeto Saber –** desenvolvimento de atividades de caráter profissionalizante às crianças e adolescentes deficientes físicos;
- (CMDCA Itabirito/MG) – **Movimento Jovem Independente:** O projeto visa fomentar a cultura de Itabirito por meio de incentivos que ajudem os artistas locais a desenvolver seus trabalhos.

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Diretoria

Ernst & Young

Condomínio São Luiz
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1830
Torre I - 8º andar - Itaim Bibi
04543-900 - São Paulo, SP, Brasil

Tel.: (5511) 2112-5200
Fax: (5511) 2112-5780
www.ey.com.br

Parecer dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas da
Alupar Investimento S.A.
São Paulo – SP

1. Examinamos o balanço patrimonial da Alupar Investimento S.A. e o balanço patrimonial consolidado dessa Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, levantado em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alupar Investimento S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Companhia e suas controladas e controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2009, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado pelas operações referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

ERNST & YOUNG

4. As demonstrações contábeis da controladora e do consolidado, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, cujos saldos estão sendo apresentados para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer de auditoria, datado de 30 de março de 2009, sem ressalvas e com ênfase referente à existência de capital de giro negativo decorrente de dívida bancária de curto prazo para o financiamento de projetos de longo prazo, situação que foi revertida em 31 de dezembro de 2009, conforme mencionado na nota explicativa nº1.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2010

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3

Alupar Investimento S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/2009**	**31/12/2008**	**31/12/2009**	**31/12/2008**
Ativo					reclassificado
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	**521.059**	4.708	**591.763**	119.108
Contas a receber	6	**-**	-	**78.710**	73.497
Partes relacionadas	10	**108.187**	35.775	**-**	-
Impostos a recuperar	8	**6.725**	4.965	**26.594**	15.117
Devedores diversos	7	**1.030**	7.134	**1.030**	7.134
Adiantamento a fornecedores		**23**	10	**8.958**	13.559
Estoques	9	**-**	-	**17.028**	14.168
Despesas pagas antecipadamente		**11**	-	**2.894**	5.460
Cauções e depósitos judiciais		**-**	-	**3.495**	3.081
Outros ativos		**65**	36	**470**	183
		637.100	52.628	**730.942**	251.307
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Partes relacionadas	10	**20.586**	28.634	**-**	-
Impostos a recuperar	8	**-**	-	**9.606**	9.837
Depósitos judiciais		**1.240**	-	**9.445**	5.228
Créditos vinculados		**-**	-	**11.018**	-
Outros ativos		**1.061**	1.380	**1.061**	1.380
		22.887	30.014	**31.130**	16.445
Permanente					
Investimentos	11	**576.156**	539.356	**3.345**	1
Imobilizado	12	**1.545**	1.688	**3.358.085**	2.722.239
Intangível	13	**40.297**	22.659	**51.111**	32.941
		617.998	563.703	**3.412.541**	2.755.181
Total do ativo		**1.277.985**	646.345	**4.174.613**	3.022.933

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Passivo					reclassificado
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	**3.438**	94.328	**202.963**	343.936
Fornecedores		**3.789**	1.352	**23.132**	34.953
Partes relacionadas	10	**-**	45.018	**-**	45.018
Salários, férias e encargos sociais		**767**	688	**4.413**	3.407
Contribuições e impostos a recolher	15	**3.266**	1.292	**76.826**	41.519
Dividendos declarados		**29.102**	23.172	**165.862**	66.532
Provisão para compensação ambiental	17	**-**	-	**9.843**	10.080
Taxas regulamentares		**-**	-	**17.719**	15.677
Adiantamento de clientes		**-**	-	**3.592**	5.790
Provisão para contingências		**-**	-	**1.672**	416
Outras obrigações		**141**	243	**988**	5.119
		40.503	166.093	**507.010**	572.447
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	**323.051**	289	**1.972.720**	1.319.692
Adiantamento p/ futuro aumento de capital		**-**	-	**8.000**	-
Provisão para contingências		**-**	-	**2.023**	1.393
Adiantamento de clientes		**-**	-	**2.648**	6.305
Outras obrigações		**-**	-	**3.119**	1.150
		323.051	289	**1.988.510**	1.328.540
Participação de acionistas não controladores		**-**	-	**782.482**	660.513
Patrimônio liquido	18				
Capital social		**804.001**	404.001	**804.001**	404.001
Reservas de lucros		**110.430**	75.962	**92.610**	57.432
		914.431	479.963	**896.611**	461.433
Patrimônio líquido + participação de acionistas não controladores		**914.431**	479.963	**1.679.093**	1.121.946
Total do passivo		**1.277.985**	646.345	**4.174.613**	3.022.933

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Alupar Investimento S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Receita operacional bruta					
Serviços prestados		**-**	-	**703.742**	641.618
Deduções		**-**	-	**(51.837)**	(46.661)
Receita operacional líquida		**-**	-	**651.905**	594.957
Custo dos serviços prestados		**-**	-	**(50.854)**	(44.838)
Depreciação		**-**	-	**(71.801)**	(69.574)
		-	-	**(122.655)**	(114.412)
Lucro bruto		**-**	-	**529.250**	480.545
(Despesas) receitas operacionais					
Administrativas e gerais		**(21.222)**	(7.739)	**(33.172)**	(17.618)
Pessoal		**(4.746)**	(2.959)	**(10.735)**	(7.779)
Honorários da diretoria e conselho de administração		**(5.023)**	(3.483)	**(8.755)**	(6.808)
Despesas financeiras	19	**(19.434)**	(23.282)	**(143.124)**	(236.047)
Receitas financeiras	19	**9.113**	1.529	**21.748**	32.965
Equivalência patrimonial		**163.747**	114.599	**-**	-
		122.435	78.665	**(174.038)**	(235.287)
Resultado operacional		**121.374**	78.665	**355.212**	245.258
Outras receitas		**105**	103.303	**8.155**	87.554
Outras despesas		**(10)**	(84.399)	**(21)**	(84.422)
Outros resultados		**95**	18.904	**8.134**	3.132
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**122.530**	97.569	**363.346**	248.390
Imposto de renda e contribuição social		**-**	-	**(56.354)**	(37.547)
Lucro líquido antes da participação de acionistas não controladores		**122.530**	97.569	**306.992**	210.843
Participação de acionistas não controladores		**-**	-	**(184.462)**	(131.804)
Lucro líquido do exercício		**122.530**	97.569	**122.530**	79.039
Lucro líquido por ação – R$		**0,75**	0,72		
Quantidade de ações do capital - lotes de mil		**163.910**	134.667		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Alupar Investimento S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais)

	Controladora				
		Reservas de lucros			
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2007	404.001	1.565	22.310	-	427.876
Distribuição de dividendos do exercício de 2007 – aprovados pelas AGE´s de 27/06/2008 e 31/10/2008	-	-	(22.310)	-	(22.310)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	97.569	97.569
Destinação proposta à AGO:					
Reserva Legal	-	4.878	-	(4.878)	-
Dividendos	-	-		(23.172)	(23.172)
Lucro remanescente à disposição da Assembléia	-	-	69.519	(69.519)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2008	**404.001**	**6.443**	**69.519**	**-**	**479.963**
Distribuição de dividendos do exercício de 2008 – aprovado pela AGE de 08/09/2009	**-**	**-**	**(58.960)**	**-**	**(58.960)**
Aumento de capital – aprovado pela AGE de 18/09/2009	**400.000**	**-**	**-**	**-**	**400.000**
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**122.530**	**122.530**
Destinação proposta à AGO:					
Reserva Legal	**-**	**6.127**	**-**	**(6.127)**	**-**
Dividendos	**-**	**-**	**-**	**(29.102)**	**(29.102)**
Lucro remanescente à disposição da Assembléia	**-**	**-**	**87.301**	**(87.301)**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2009	**804.001**	**12.570**	**97.860**	**-**	**914.431**

Alupar Investimento S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais)

	Consolidado				
		Reservas de lucros			
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2007	404.001	1.565	22.310	-	427.876
Distribuição de dividendos do exercício de 2007- aprovados pelas AGE´s de 27/06/2008 e 31/10/2008	-	-	(22.310)	-	(22.310)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	97.569	97.569
Destinação proposta à AGO:					
Reserva Legal	-	4.878	-	(4.878)	-
Dividendos	-	-		(23.172)	(23.172)
Lucro remanescente à disposição da Assembléia	-	-	69.519	(69.519)	-
Eliminação do lucro auferido pela controladora em transações com controladas, líquido do imposto de renda e contribuição social	-	-	(18.530)	-	(18.530)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	**404.001**	**6.443**	**50.989**	**-**	**461.433**
Distribuição de dividendos do exercício de 2008 – aprovado pela AGE de 08/09/2009	**-**	**-**	**(58.960)**	**-**	**(58.960)**
Realização do lucro auferido pela controladora em transações com controladas	**-**	**-**	**710**	**-**	**710**
Aumento de capital – aprovado pela AGE de 18/09/2009	**400.000**	**-**	**-**	**-**	**400.000**
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**122.530**	**122.530**
Destinação proposta à AGO:					
Reserva Legal	**-**	**6.127**	**-**	**(6.127)**	**-**
Dividendos	**-**	**-**	**-**	**(29.102)**	**(29.102)**
Lucro remanescente à disposição da Assembléia	**-**	**-**	**87.301**	**(87.301)**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2009	**804.001**	**12.570**	**84.040**	**-**	**896.611**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Alupar Investimento S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2009	31/12/2008 reclassificado	31/12/2009	31/12/2008 reclassificado
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		**122.530**	97.569	**122.530**	79.039
Itens que não afetam as disponibilidades					
Depreciação e amortização		**321**	127	**72.260**	70.033
Equivalência patrimonial		**(163.747)**	(114.598)	**-**	-
Variações monetárias e cambiais líquidas		**16.799**	22.406	**108.233**	209.865
Baixa de Ativos		**1.262**	-	**2.212**	31
Ajuste de participação de acionistas não controladores		**-**		**184.462**	131.804
		(22.835)	5.504	**489.697**	490.772
(Aumento) redução no ativo					
Contas a Receber		**-**	-	**(5.217)**	(6.273)
Partes Relacionadas		**(64.364)**	(17.324)	**-**	-
Impostos a recuperar		**(1.760)**	(4.965)	**(16.842)**	(6.483)
Estoques		**-**		**(2.860)**	(1.255)
Outros ativos circulantes		**6.051**	(7.124)	**(12.570)**	(22.046)
Outros realizáveis a longo prazo		**(921)**	268	**(10.468)**	(3.895)
		(60.994)	(29.145)	**(47.957)**	(39.952)
Aumento (redução) no passivo					
Fornecedores		**2.437**	961	**(11.821)**	782
Salários, férias e encargos sociais		**79**	389	**1.006**	1.202
Contribuições e impostos a recolher		**1.974**	1.272	**35.307**	4.185
Outros passivos circulantes		**(101)**	148	**(3.268)**	14.493
Outros exigíveis a longo prazo		**-**	-	**(1.058)**	(3.058)
		4.389	2.770	**20.166**	17.604
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais		**(79.440)**	(20.871)	**461.904**	468.424
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Investimentos realizados		**45.714**	(17.327)	**(3.345)**	5.437
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio		**81.233**	79.126	**-**	-
Aplicações no imobilizado		**(269)**	(1.650)	**(708.119)**	(446.517)
Aplicações no intangível		**(18.810)**	(20.079)	**(19.237)**	(20.560)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos		**107.868**	40.070	**(730.701)**	(461.640)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Integralização de capital		**400.000**	-	**542.616**	105.289
Adiantamentos para futuro aumento de capital		**-**	(1.701)	**8.000**	(1.701)
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio		**(82.132)**	(29.745)	**(170.267)**	(169.376)
Empréstimos tomados e arrendamento mercantil		**542.771**	402.950	**1.133.731**	949.769
Amortização e pagamento de juros do financiamento		**(372.716)**	(386.873)	**(772.628)**	(1.017.245)
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de financiamentos		**487.923**	(15.369)	**741.452**	(133.264)
Aumento (Redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa		**516.351**	**3.830**	**472.655**	(126.480)
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa					
Saldo no início do exercício		**4.708**	878	**119.108**	245.588
Saldo no final do exercício		**521.059**	4.708	**591.763**	119.108
Aumento (Redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa		**516.351**	3.830	**472.655**	(126.480)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Alupar Investimento S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008 Reclassificado	31/12/2009	31/12/2008 Reclassificado
Receitas				
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	703.742	641.545
Outras receitas	105	18.929	8.156	3.233
	105	18.929	711.898	644.778
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Serviços de terceiros	(14.643)	(3.159)	(51.026)	(37.379)
Materiais	(106)	(101)	(2.591)	(1.730)
Outros custos operacionais	(2.871)	(2.181)	(7.669)	(5.427)
	(17.620)	(5.441)	(61.286)	(44.536)
(-) Quotas de reintegração (depreciação)	(322)	(126)	(72.292)	(70.031)
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	163.747	114.599	-	-
Receita financeira	9.113	1.529	21.776	43.045
	172.860	116.128	21.776	43.045
Valor adicionado a distribuir	155.023	129.490	600.096	573.256
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	6.861	4.562	21.998	16.495
Benefícios	731	529	3.253	2.209
Auxílio alimentação	172	124	838	540
Assistência médica e odontológica	211	170	1.337	985
Vale Transporte	16	15	17	9
Previdência Privada	244	105	670	245
Outros	88	115	391	430
FGTS	484	310	1.281	1.134
	8.076	5.401	26.532	19.838
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	4.408	2.688	120.180	94.622
INSS	1.586	1.042	5.152	3.858
Encargos do consumidor	-	-	27.516	25.179
Imposto de renda e contribuição social	-	-	56.358	39.109
PIS e COFINS	2.127	1.240	30.001	25.928
Contribuição sindical/patronal	36	-	184	71
CIDE	151	103	151	103
IR S/ Remessa Exterior	219	178	219	178
Outros impostos e taxas	289	125	599	196
Estaduais	42	-	55	33
ICMS	-	-	2	3
IPVA	42	-	53	30
Municipais	21	26	57	55
IPTU	21	26	55	49
Taxa de licenciamento	-	-	2	6
	4.471	2.714	120.292	94.710
Remuração de capitais de terceiros				
Juros e variações cambiais	16.772	22.539	111.278	212.237
Aluguéis	510	527	3.869	3.691
Outras despesas financeiras	2.663	740	31.132	4.030
	19.945	23.806	146.279	219.958
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos Propostos e JCP	29.102	23.172	29.102	34.871
Reservas de lucros	93.429	74.397	93.429	72.075
Participação de acionistas não controladores	-		184.462	131.804
	122.531	97.569	306.993	238.750
	155.023	129.490	600.096	573.256
Valor adicionado médio por empregado	3.100	3.237	2.363	2.986
Número de empregados	50	40	254	192

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Alupar Investimento S.A.

Balanços sociais consolidados (não auditados)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais)

	2009			
Base de cálculo				
Receita líquida (RL)				**651.905**
Lucro operacional (LO)				**364.324**
Folha de pagamento bruta (FPB)				**21.998**
Valor adicionado total (VAT)				**601.136**
		% sobre		
	Valor	**FPB**	**RL**	**VAT**
Indicadores sociais internos				
Encargos sociais compulsórios	**6.433**	**29,24%**	**0,99%**	**1,07%**
Assistência medica	**1.337**	**6,08%**	**0,21%**	**0,22%**
Auxilio alimentação	**838**	**3,81%**	**0,13%**	**0,14%**
Previdência privada	**670**	**3,05%**	**0,10%**	**0,11%**
Educação	**216**	**0,98%**	**0,03%**	**0,04%**
Outros	**192**	**0,87%**	**0,03%**	**0,03%**
Total	**9.686**	**44,03%**	**1,49%**	**1,61%**
		% sobre		
	Valor	**LO**	**RL**	**VAT**
Indicadores sociais externos (1)				
Doações e contribuições	**1.085**	**0,30%**	**0,17%**	**0,18%**
Projetos de incentivo à cultura	**2.120**	**0,58%**	**0,33%**	**0,35%**
Pesquisa e Desenvolvimento tecnológico	**1.216**	**0,33%**	**0,19%**	**0,20%**
Tributos excluídos encargos sociais	**91.466**	**25,11%**	**14,03%**	**15,22%**
	95.887	**26,32%**	**14,71%**	**15,95%**
		% sobre		
	Valor	**LO**	**RL**	**VAT**
Indicadores ambientais(1)				
Investimentos relacionados à atividade da empresa				
Projetos de preservação ambiental	**1.661**	**0,46%**	**0,25%**	**0,28%**
Projetos de educação ambiental em comunidades	**384**	**0,11%**	**0,06%**	**0,06%**
Licenças ambientais	**2.061**	**0,57%**	**0,32%**	**0,34%**
Desapropriação de terras	**-**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**
Manejo de vegetação	**-**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**
	4.106	**1,13%**	**0,63%**	**0,68%**
Indicadores do corpo funcional (1)				
Empregados no final do exercício				**254**
Escolaridade dos empregados				
Superior e extensão universitária				**162**
2º Grau				**92**
Faixa etária dos empregados				
Abaixo de 30 anos				**89**
De 30 até 45 anos (exclusive)				**80**
Acima de 45 anos				**85**
Admissões durante o ano				**82**
Mulheres que trabalham na empresa				**76**
Negros que trabalham na empresa				**10**
Portadores de deficiências físicas				**-**
Estagiários				**6**
Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial (1)				
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa				**33,6 vezes**
Acidentes de trabalho				**Nenhum**

Alupar Investimento S.A.

Balanços sociais consolidados (não auditados)--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais)

	2008			
Base de cálculo				
Receita líquida (RL)				594.957
Lucro operacional (LO)				245.258
Folha de pagamento bruta (FPB)				16.495
Valor adicionado total (VAT)				573.256
		% sobre		
	Valor	**FPB**	**RL**	**VAT**
Indicadores sociais internos				
Encargos sociais compulsórios	4.992	30,26%	0,84%	0,87%
Assistência medica	994	6,03%	0,17%	0,17%
Auxilio alimentação	540	3,27%	0,09%	0,09%
Previdência privada	245	1,49%	0,04%	0,04%
Educação	26	0,16%	0,00%	0,00%
Outros	404	2,45%	0,07%	0,07%
Total	**7.201**	**43,66%**	1,21%	1,26%
		% sobre		
	Valor	**LO**	**RL**	**VAT**
Indicadores sociais externos (1)				
Doações e contribuições	2.270	0,93%	0,38%	0,40%
Projetos de incentivo à cultura	482	0,20%	0,08%	0,08%
Pesquisa e Desenvolvimento tecnológico	1.115	0,45%	0,19%	0,19%
Tributos excluídos encargos sociais	90.852	37,04%	15,27%	15,85%
	94.719	38.62%	15,92%	16.52%
		% sobre		
	Valor	**LO**	**RL**	**VAT**
Indicadores ambientais(1)				
Investimentos relacionados à atividade da empresa				
Projetos de preservação ambiental	3.593	1,46%	0,60%	0,63%
Projetos de educação ambiental em comunidades	-	0,00%	0,00%	0,00%
Licenças ambientais	183	0,07%	0,03%	0,03%
Desapropriação de terras	2.747	1,12%	0,46%	0,48%
Manejo de vegetação	-	0,00%	0,00%	0,00%
	6.523	2,66%	1,10%	1,14%
Indicadores do corpo funcional (1)				
Empregados no final do exercício				192
Escolaridade dos empregados				
Superior e extensão universitária				123
2º Grau				68
Faixa etária dos empregados				
Abaixo de 30 anos				56
De 30 até 45 anos (exclusive)				61
Acima de 45 anos				75
Admissões durante o ano				50
Mulheres que trabalham na empresa				66
Negros que trabalham na empresa				9
Portadores de deficiências físicas				-
Estagiários				8
Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial (1)				
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa				37,8 vezes
Acidentes de trabalho				Nenhum

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Alupar Investimento S.A., "Companhia ou Alupar", constituída em 27 de setembro de 2006, tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infra-estrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infra-estrutura.

A Alupar foi constituída pela Companhia Técnica de Engenharia Elétrica, com o objetivo de aperfeiçoar a estrutura societária dos seus negócios, passando a figurar como holding das investidas dedicadas à geração e transmissão de energia elétrica. Para isso, em 26 de setembro de 2007 procedeu a uma ampla reestruturação societária, que consistiu na transferência dos investimentos em empresas de geração e transmissão de energia elétrica para a Alupar.

Em 31 de dezembro de 2008, a Cia. Técnica de Engenharia Elétrica, controladora da Alupar, deliberou em Assembléia Geral Extraordinária, a apreciação e concomitante aprovação do Protocolo de Intenções e Justificação firmado em 30 de dezembro de 2008, acerca da sua incorporação pela Guarupart Participações Ltda.. Com a aprovação unânime do Protocolo, a Cia. Técnica foi declarada extinta sendo que a incorporadora Guarupart, na qualidade de sucessora da Cia. Técnica assumirá todos os direitos e obrigações da sociedade extinta nesta data.

A Alupar participa em 4 empresas geradoras e 15 empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil, estando ainda, no aguardo das autorizações dos Órgãos Reguladores do Setor Elétrico no Chile, para obter o controle acionário mediante compra da participação acionária da Guarupart Participações Ltda. em mais 1 empresa de transmissão.

O capital circulante líquido negativo apresentado em 31 de dezembro de 2008, foi revertido neste exercício mediante a entrada do novo acionista, o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FI-FGTS, com um aporte de capital no montante de R$ 400.000. Vide mais detalhes na nota explicativa 18.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas Contábeis aplicáveis às Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, de acordo com o modelo sugerido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 4722 de 18 de dezembro de 2009.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2008, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto adotaram pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei n° 11.638 aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008, posteriormente convertida pela Lei nº 11.941.

As referidas alterações nas práticas contábeis que produziram efeitos na preparação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2008, estão descritas na nota explicativa 3.

O resultado da análise dos impactos dos pronunciamentos técnicos mencionados anteriormente, efetuada pela Administração, não produziram modificações significativas na posição patrimonial e financeira da Companhia em razão da adoção da Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/2009) na data de transição.

Mudanças nas práticas contábeis e divulgações requeridas

Durante o ano de 2009 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aprovou diversos Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações cuja vigência é mandatória apenas para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, com requerimento de que as Companhias efetuem reapresentação das demonstrações financeiras do exercício comparativo.

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

Opcionalmente, a Companhia poderia ter antecipado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 a adoção dos pronunciamentos cuja adoção é mandatória para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, desde que em sua totalidade. A Companhia decidiu por não exercer essa faculdade para as demonstrações financeiras de 2009, e no seu melhor julgamento, apresenta abaixo um breve descritivo das possíveis alterações relevantes nas práticas contábeis anteriormente adotadas, para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009 e período comparativo.

Até a data de preparação destas demonstrações financeiras, 37 (*) novos pronunciamentos técnicos haviam sido emitidos pelo CPC e aprovados por Deliberações da CVM para aplicação mandatória a partir de 2010. Os CPCs que poderão ser aplicáveis à Companhia e as suas controladas, considerando suas operações, são:

CPC	Título
17	Contratos de Construção
20	Custos de Empréstimos
21	Demonstração Intermediária
22	Informações por Segmento
24	Evento Subsequente
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
26	Apresentação das Demonstrações Contábeis
27	Ativo Imobilizado
30	Receitas
32	Tributos sobre o Lucro
33	Benefícios a Empregados
36	Demonstrações Contábeis Consolidadas
37	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
39	Instrumentos Financeiros: Apresentação
40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
43	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40
ICPC 01	Contratos de Concessão
ICPC 08	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos
ICPC 10	Esclarecimentos sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 28 - Propriedade de Investimento

(*) Total de novos pronunciamentos técnicos emitidos até 31 de dezembro de 2009.

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

A Administração da Companhia e de suas controladas está analisando os impactos decorrentes da aplicação desses novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, e ressalta que a forma de registro das concessões poderá ser substancialmente alterada pelo ICPC 01 - Contratos de Concessão bem como os temas vinculados a reconhecimento de receita e contratos de construção.

3. Resumo das principais práticas contábeis

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei n°. 11.638/07, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008 e em 27 de maio de 2009 a Medida Provisória nº 449/08 foi convertida na Lei 11.941/09.

O objetivo das novas leis foi o de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das Práticas Contábeis Adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que a CVM e o CPC promulguem novas normas, pronunciamentos, orientações e interpretações contábeis com base nas normas internacionais de contabilidade.

Seguindo o que determina a instrução CVM n° 469, de 2 de maio de 2008, a Administração da Companhia optou pela aplicação imediata da Lei n° 11.638, de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449/08, convertida em Lei 11.941/09, nas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2008.

As considerações e os ajustes relativos à adoção inicial da Lei nº 11.638/07, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449, convertida na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, estão detalhados a seguir:

- Os incentivos fiscais provenientes de certas controladas referente à redução parcial tributária de imposto de renda que gozam as empresas situadas nas áreas da SUDAM e da SUDENE, foram registrados no resultado do exercício consolidado da Alupar como redutores da despesa com o imposto de renda, sendo posteriormente transferidos para a reserva de lucros. Até 31 de dezembro de 2007, os valores correspondentes aos incentivos fiscais eram contabilizados diretamente à conta de reserva de capital no patrimônio líquido. Para efeito do resultado consolidado, estes incentivos fiscais já eram considerados como redutores da referida despesa do imposto;

- O registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Companhia e controladas os benefícios, os riscos e o controle dos bens (exemplo: “leasing” financeiro) já era adotado como prática contábil;

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

- A Companhia, em conformidade com os dispositivos da Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.491, de 27 de maio de 2009, reavaliou sua opção de manter os gastos com projetos em desenvolvimento, mantidos no ativo diferido até 3 de dezembro de 2008 e decidiu no primeiro trimestre de 2009, efetuar a transferência dos mesmos para o grupo de contas do ativo intangível;

- O conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo foram consideradas. Entretanto, os efeitos foram considerados pela Administração não significativos e, portanto nenhum ajuste contábil foi efetuado nas demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008.

- As aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos já foram consideradas pela Administração da Companhia substancialmente a valores de mercado por se tratarem de aplicações em fundos de investimentos;

Embora as referidas Leis já tenham entrado em vigor e sido aplicadas pela Companhia, com base em orientações da CVM e/ou nas normas emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, as principais alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores brasileiros. Dessa forma, as informações contábeis apresentadas poderão requerer ajustes durante o processo de normatização das referidas Leis.

Alguns saldos de 2008 foram reclassificados para permitir a comparação com as demonstrações contábeis de 2009. As reclassificações efetuadas não têm impacto no resultado nem no patrimônio líquido de 2008.

As reclassificações efetuadas estão a seguir discriminadas:

- Determinados ativos diferidos que atendem os requisitos específicos do Pronunciamento Técnico CPC nº 04 - Ativo Intangível, foram reclassificados do grupo de contas do ativo diferido para o grupo de contas específico de ativos intangíveis.

- Os créditos vinculados aos financiamentos do BNDES, equivalentes a amortização de 3 parcelas do saldo devedor do financiamento na data base de 31 de dezembro de 2009, mantidos em 31 de dezembro de 2008 por nossas controladas em aplicações financeiras no ativo circulante, foram reclassificados para o passivo circulante como parcelas redutoras dos saldos dos respectivos financiamentos, para efeito de apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

Os saldos reclassificados para fins de comparabilidade, estão demonstrados a seguir:

	2008			
	Controladora		Consolidado	
Balanço patrimonial	Publicado	Reclassificado	Publicado	Reclassificado
Ativo circulante	4.708	4.708	183.087	119.108
Disponibilidades	4.708	4.708	183.087	119.108
Ativo não circulante	22.659	22.659	32.941	32.941
Intangível	8.041	22.659	18.323	32.941
Diferido	14.618	-	14.618	-
Passivo circulante	94.328	94.328	407.915	343.936
Empréstimos e financiamentos	94.328	94.328	407.915	343.936

As principais práticas contábeis adotadas são as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos nos Contratos de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

b) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, intangível e provisões, mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

3. **Resumo das principais práticas contábeis**--Continuação

c) Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil mantidos pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota Explicativa nº 12. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não derivativos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultados, são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação que lhes sejam diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua classificação, tais como:

- Instrumentos mantidos até o vencimento;
- Disponíveis para venda;
- Ao valor justo através do resultado; e
- Outros.

e) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2009 somente a controlada Ijuí Energia S.A. possuía derivativos controlados.

3. **Resumo das principais práticas contábeis**--Continuação

f) Moeda estrangeira

As Administrações da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto, definiram que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio da data de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos no resultado do exercício das empresas em operação e no ativo imobilizado das empresas em fase pré-operacional. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

g) Ativos circulantes e não circulantes

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos.

h) Ativos circulantes e não circulantes

Contas a receber

As contas a receber incluem os valores faturados e a faturar até a data do balanço, e ainda não recebidos. Praticamente todas as contas a receber em 31 de dezembro de 2009, possuíam vencimento inferior a 30 dias, não tendo sido aplicável ajustes ao valor presente.

Devido às características das atividades da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto, não existe praticamente inadimplência, portanto, sem necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

3. **Resumo das principais práticas contábeis**--Continuação

Estoques

Os materiais em estoque são avaliados e registrados ao custo de aquisição que não excedem ao valor de reposição.

Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas, quando necessário, a fim de adequá-los ao valor de mercado.

Imobilizado

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, menos a depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastros (UC), conforme determina a Portaria DNAEE n° 815, de 30 de novembro de 1994, complementada pela Resolução ANEEL n° 015, de 29 de dezembro de 1997, as quais foram revogadas a partir de 26 de junho de 2009, com a publicação da Resolução ANEEL nº 367 de 2 de junho de 2009, que criou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE. As taxas anuais de depreciação vigentes a partir da publicação da Resolução nº 367, estão determinadas na tabela anexa ao MCSPE.

i) Ativos circulantes e não circulantes

Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os projetos de UHE's, PCH's, Usinas Eólicas, entre outros. Para desenvolvimento destes projetos a Companhia incorre em custos com a contratação de serviços, viagens e outros, inerentes ao processo. Após a autorização/concessão das licenças para instalação, os projetos desenvolvidos são alocados às Sociedades de Propósito Específicos – SPE´s controladas que reembolsarão todos os gastos incorridos à Companhia.

3. **Resumo das principais práticas contábeis**--Continuação

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação, são revertidos desta conta para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações trimestrais pela administração. No exercício de 2009 houve reversões de gastos para o resultado do exercício no montante de R$234.

Redução ao valor recuperável

Os ativos do imobilizado e do intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Em conformidade com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, foram utilizadas as seguintes premissas pela companhia, para a avaliação da redução ao valor recuperável dos ativos:

1. Levamos em consideração a materialidade dos itens registrados nos grupos de ativos intangíveis e imobilizado e realizamos os seguintes procedimentos para verificação da existência de *Impairment*:

1.1. Ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio por expectativa de rentabilidade futura)- foram testados por empresa independente. Contratamos a empresa de avaliação patrimonial, APSIS Consultoria Empresarial Ltda., que emitiu laudos de avaliações, em 03 de fevereiro de 2010, sobre o teste de *Impairment,* dos ágios registrados pela Alupar na data base de 31 de dezembro de 2009. Os laudos de avaliações chegaram a seguinte conclusão: *a perspectiva de rentabilidade futura de Queluz e Lavrinhas suportam os ágios registrados na ALUPAR.*

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

1.2. Os ativos registrados no Ativo imobilizado da Companhia e suas controladas – tiveram seus saldos avaliados em 31 de dezembro de 2009, para verificação da redução ao valor recuperável, mediante a aplicação dos seguintes critérios: (a) Alupar – comparação com valor de mercado; (b) controladas pré-operacionais - valores dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos, baseados em premissas fundamentadas, que representaram a melhor estimativa por parte da administração, considerando o conjunto de condições econômicas que existirão na vida útil remanescente desses ativos. Ressaltamos que não foram identificadas desvalorizações para os ativos imobilizados do Grupo Alupar em 31 de dezembro de 2009 e 2008.

Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização.

j) Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes são ajustados à valor presente.

k) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3. **Resumo das principais práticas contábeis**--Continuação

l) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data do balanço, os quais são apropriados ao resultado do exercício em despesas financeiras ou no ativo imobilizado no que tange as empresas em fase pré-operacional.

Conforme Pronunciamento do CPC nº 08, aprovado pela Deliberação CVM nº 556/08, quando significativos, os recursos captados de terceiros são reconhecidos líquidos dos custos de transação incorridos na captação. Em 31 de dezembro de 2009, estes custos não foram considerados significativos, de forma que não houve alterações nas taxas de juros pactuadas, conforme demonstramos a seguir:

	Controladora		
	Taxa de Juros	**Valor em R$ mil**	**% Custo/ Valor da captação**
Debêntures			
- **1ª emissão – 1ª a 4ª séries**	118,0% CDI a.a.		
Valor captação		150.460	
(-) custo captação		(732)	0,49%
Captação líquida		149.728	
- **2ª emissão – 1ª série**	CDI + 1,90% a.a.		
- **2ª emissão – 2ª série**	IPCA+ 8,95% a.a.		
Valor captação		250.925	
(-) custo captação		(3.136)	1,25%
Captação líquida		247.789	

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente no ano de R$ 240 para imposto de renda e 9% para contribuição social sobre o lucro tributável para todas as empresas do Grupo Alupar sob regime de apuração com base no Lucro Real, exceto as controladas EBTE, ERTE, Lumitrans, Transirapé, Transleste e Transudeste que estão sob o regime de apuração pelo Lucro Presumido.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto consideraram a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração de imposto de renda e contribuição social relativo ao biênio 2008/2009. A opção definitiva e irretratável se deu por ocasião da entrega da declaração de rendas do exercício de 2008, em 2009, no prazo determinado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

n) Plano de benefícios pós emprego a funcionários

Os custos de patrocínio do plano de benefícios pós-emprego são contabilizados em atendimento à Deliberação CVM nº 371/00 e NPC nº 26 do IBRACON. Os custos do patrocínio dos planos de benefícios são reconhecidos como despesas por se tratarem de planos de contribuição definida.

4. Demonstrações contábeis consolidadas

O processo de consolidação das demonstrações contábeis foi baseado na consolidação das contas patrimoniais e de resultado que correspondem à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado com as eliminações dos saldos das contas de ativos, passivos e de resultado entre as sociedades consolidadas, e destaque das participações dos acionistas não controladores para os investimentos nas controladas Transleste, Transirapé, STN, EATE, ENTE, ERTE, ETEP, Lumitrans, STC, Ijuí Energia, Foz do Rio Claro Energia, EBTE, ESDE, Usina Paulista Queluz e Usina Paulista Lavrinhas.

Os investimentos com controle compartilhado (ECTE, Transudeste e TME) foram consolidados proporcionalmente em função do percentual de participação. Cada rubrica das informações financeiras consolidadas foi, portanto, consolidada após a aplicação do percentual de participação. Conseqüentemente, não há destaque para participações dos acionistas não controladores para esses investimentos.

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas sociedades consolidadas.

4. **Demonstrações contábeis consolidadas**--Continuação

A conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido está demonstrada a seguir:

	Resultado do Exercício		Patrimônio Líquido	
	31/12/2009	**31/12/2008**	**31/12/2009**	**31/12/2008**
Controladora	122.530	97.569	914.431	479.963
Eliminação de lucro auferido pela controladora em transações com controlada, líquido de imposto de renda e contribuição social (*)	**-**	(18.530)	(18.530)	(18.530)
Realização do lucro auferido pela controladora em transações com controladas	**-**	-	710	
Consolidado	122.530	79.039	896.611	461.433

(*) A realização deste valor ocorre de acordo com a amortização dos ágios registrados na controlada EATE, a qual é calculada pelo prazo de concessão aprovado pela Aneel.

As demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2009 incluem as demonstrações contábeis das seguintes sociedades:

	% de Participação total		
	Direto	**Indireto**	**Controle**
Sociedades consolidadas (c)			
Transminas Holding S.A.	**70,02**	**-**	Integral
Companhia Transleste de Transmissão (a)	**-**	**41,00**	Integral
Companhia Transirapé de Transmissão (a)	**-**	**41,00**	Integral
Companhia Transudeste de Transmissão	**-**	**41,00**	Conjunto
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE (b)	**35,87**	**-**	Integral
LUMITRANS - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	**15,00**	**80,00**	Integral
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC	**20,00**	**80,00**	Integral
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - EBTE	**-**	**51,00**	Integral
Sistema de Transmissão do Nordeste S.A. – STN	**51,00**	**-**	Integral
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. – ETES	**100,00**	**-**	Integral
Foz do Rio Claro Energia S.A.	**50,01**	**-**	Integral
Ijuí Energia S.A.	**50,01**	**-**	Integral
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP (b)	**40,21**	**-**	Integral
Empresa Santos Dumont de Energia S.A. - ESDE	**-**	**100,00**	Integral
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE (b)	**50,01**	**-**	Integral
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE (b)	**50,01**	**-**	Integral
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE	**40,01**	**-**	Conjunto
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. (b)	**25,01**	**-**	Integral
Usina Paulista Queluz de Energia S.A. (b)	**25,01**	**-**	Integral
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME	**31,00**	**-**	-

(a) A Companhia possui o controle em função de acordo de acionista onde existe a condição de voto em bloco.

(b) A Companhia possui o controle em função de possuir mais de 50% das ações com direito a voto.

(c) Todas essas Companhias tiveram suas demonstrações contábeis auditadas pela Ernst & Young.

4. **Demonstrações contábeis consolidadas**--Continuação

As atividades das sociedades integrantes dessas demonstrações contábeis consolidadas compreendem, basicamente, a prestação de serviços na transmissão e geração de energia elétrica, como segue:

	Constituída em	Contrato de concessão	Prazo de concessão em anos	Receita Anual Permitida - RAP 2009/2010
Transmissoras de energia:				
Transminas Holding S.A.	27/9/2006	-	-	**-**
Companhia Transleste de Transmissão	28/10/2003	009/2004	30	**24.763**
Companhia Transirapé de Transmissão	6/12/2004	012/2005	30	**13.171**
Companhia Transudeste de Transmissão	25/10/2004	005/2005	30	**15.349**
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE	23/3/2001	042/2001	30	**263.122**
Lumitrans- Companhia Transmissora de Energia Elétrica	29/12/2003	007/2004	30	**16.155**
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. - STC	2/12/2005	006/2006	30	**21.207**
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - EBTE (a)	30/7/2008	011/2008	30	**27.299**
Sistema de Transmissão do Nordeste S.A. - STN	27/10/2003	005/2004	30	**109.314**
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP	23/3/2001	043/2001	30	**61.094**
Empresa Santos Dumont de Energia S.A. – ESDE (a)	22/06/2009	025/2009	30	**-**
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE	30/9/2002	085/2002	30	**136.623**
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE	30/9/2002	083/2002	30	**24.144**
ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	8/8/2000	088/2000	30	**59.219**
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES	19/12/2006	006/2007	30	**6.260**
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. – TME (a)	02/07/2009	023/2009	30	**-**
Geração de energia:				
Foz do Rio Claro Energia S.A. (a)	16/1/2006	005/2006	35	**-**
Ijuí Energia S.A. (a)	16/1/2006	006/2006	35	**-**
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. (a)	23/8/2004	(b)	30	**-**
Usina Paulista Queluz de Energia S.A. (a)	23/8/2004	(b)	30	**-**

(a) Companhias em fase pré-operacional cujo cronograma de construção prevê a entrada da operação comercial entre abril de 2010 e novembro de 2011.

(b) As Pequenas Centrais Hidrelétricas foram autorizadas à exploração dos empreendimentos mediante Resoluções ANEEL nº 138/2004 e 139/2004.

4. **Demonstrações contábeis consolidadas**--Continuação

- As Companhias transmissoras de energia foram constituídas com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica tendo como objetos sociais planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Por tratar-se de concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

  Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão são realizados por terceiros, sob a supervisão e fiscalização de cada Companhia, exceto nas empresas STC e ETES, cuja operação e manutenção do sistema são realizados por pessoal próprio.

  De acordo com os Contratos de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial, a Receita Anual Permitida – RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão para todas controladas, exceto para as empresas ETES, EBTE, TME e ESDE, cujo contrato prevê revisão periódica da RAP, em intervalos de 5 (cinco) anos, contados a partir do primeiro mês de julho subseqüente à assinatura do contrato de concessão, sendo que para as revisões previstas no 5º, 10º e 15º ano do período de concessão, será recalculado o custo de capital de terceiros.

- As Companhias geradoras de energia são empresas com propósito específico, cujo principal objetivo é a construção, operação e exploração do potencial de energia hidráulica e foram constituídas da seguinte forma:

  - Usinas Hidrelétricas - UHEs - empreendimentos cuja potência instalada é superior a 30MW, que é o caso da Foz do Rio Claro Energia S.A. e Ijuí Energia S.A.; e

  - Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs - empreendimentos cuja potência instalada é no máximo até 30MW, que é o caso da Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. e da Usina Paulista Queluz Energia S.A.

  Os principais saldos integrais das demonstrações contábeis das controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2009 e 2008 cuja consolidação foi efetuada proporcionalmente são como segue:

4. **Demonstrações contábeis consolidadas**--Continuação

- ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

	31/12/2009	31/12/2008 Reclassificado
Ativo		
Circulante	**15.922**	16.109
Não circulante	**131.466**	133.736
Total do ativo	**147.388**	149.845
Passivo		
Circulante	**49.489**	26.473
Não circulante	**48.650**	60.606
Patrimônio líquido	**49.249**	62.766
Total do passivo	**147.388**	149.845

	31/12/2009	31/12/2008
Demonstrações de resultados		
Receita bruta dos serviços prestados	**58.099**	54.032
Deduções da receita	**(4.113)**	(3.838)
Receita líquida	**53.986**	50.194
Custos dos serviços prestados	**(7.050)**	(6.653)
Lucro bruto	**46.936**	43.541
Despesas gerais e administrativas	**(1.648)**	(1.498)
Resultado financeiro líquido	**(9.374)**	(10.656)
Lucro operacional	**35.914**	31.387
Imposto de renda e contribuição social	**(12.326)**	(10.003)
Lucro líquido do exercício	**23.588**	21.384

4. **Demonstrações contábeis consolidadas**--Continuação

- Companhia Transudeste de Transmissão

	31/12/2009	31/12/2008
		Reclassificado
Ativo		
Circulante	**3.256**	4.145
Não circulante	**79.073**	80.064
Total do ativo	**82.329**	84.209
Passivo		
Circulante	**6.434**	7.554
Não circulante	**35.949**	42.657
Patrimônio líquido	**39.946**	33.998
Total do passivo	**82.329**	84.209

	31/12/2009	31/12/2008
Demonstrações de resultados		
Receita bruta dos serviços prestados	**15.079**	14.037
Deduções da receita	**(1.059)**	(1.002)
Receita líquida	**14.020**	13.035
Custos dos serviços prestados	**(3.647)**	(3.413)
Lucro bruto	**10.373**	9.622
Despesas gerais e administrativas	**(529)**	(486)
Resultado financeiro, líquido.	**(1.463)**	(6.878)
Outros	**-**	(1)
Lucro operacional	**8.381**	2.257
Imposto de renda e contribuição social	**(582)**	(92)
Lucro líquido do exercício	**7.799**	2.165

4. Demonstrações contábeis consolidadas--Continuação

- Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

	31/12/2009
Ativo	
Circulante	**1.115**
Não circulante	**409**
Total do ativo	**1.524**
Passivo	
Circulante	**23**
Não circulante	**-**
Patrimônio líquido	**1.501**
Total do passivo	**1.524**

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
				Reclassificado
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Caixa	**18**	10	**62**	8
Bancos - Depósitos a vista	**85**	3.174	**16.518**	53.014
Aplicações financeiras	**520.956**	1.524	**575.183**	66.086
	521.059	4.708	**591.763**	119.108

O caixa compreende numerário disponível em mãos e depósitos bancários disponíveis; equivalentes de caixa são investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em valores de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 20,0% e 102,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e são consideradas instrumentos financeiros a valor justo através do resultado.

6. Contas a receber - Consolidado

	31/12/2009	31/12/2008
Encargos de uso de transmissão faturados, a receber	**78.710**	73.497

7. Devedores diversos - Controladora

	31/12/2009	31/12/2008
TL Investimentos em Sistema de Transmissão Ltda.	**1.030**	7.134

Em 2 de abril de 2008, foi firmado o contrato de compra e venda de ações entre a Alupar Investimento S.A. (vendedora) e a TL Investimentos em Sistema de Transmissão Ltda. (compradora), cujo objeto é a venda de 13.450.000 ações ordinárias da Transminas Holding S.A., as quais correspondem a 29,98% das ações ordinárias detidas pela Alupar no capital da Transminas.

Em virtude da aquisição, a compradora pagará à vendedora o valor global de R$ 14.068. O mesmo será pago da seguinte forma: (i) R$ 12.534 em espécie nos vencimentos pactuados corrigidos monetariamente pelo IGP-M a partir da assinatura do contrato até sua efetiva liquidação, sendo que todo principal já foi pago, restando R$ 602 de remuneração; e (ii) o saldo de R$ 1.534, será pago mediante cessão dos dividendos futuros, a que fará jus a compradora a partir da data da transferência das ações, sendo que R$ 1.207 já foram pagos, e o residual será corrigido pelo IGP-M a partir da assinatura do contrato até sua efetiva liquidação.

As ações foram transferidas na sede da Transminas na data da assinatura do contrato, mediante penhor da totalidade das ações, constituído pela compradora em favor da vendedora. Referido penhor permanecerá válido até a data do pagamento final de todo preço de venda.

8. Impostos a recuperar

Por força de determinações legais, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto sofreram as retenções e/ou procederam as antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições. Os saldos finais consolidados estão assim distribuídos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2009	**31/12/2008**	**31/12/2009**	**31/12/2008**
Impostos a recuperar				
Circulante				
IRRF	**3.955**	4.937	**8.997**	10.248
IRPJ	**-**	-	**4.717**	1.420
CSLL	**-**	-	**6.276**	46
PIS	**10**	5	**54**	424
COFINS	**44**	23	**486**	2.013
INSS		-	**73**	181
Saldo Negativo - IRPJ	**2.716**	-	**3.769**	-
Outros	**-**	-	**2.222**	785
	6.725	4.965	**26.594**	15.117
Não circulante				
COFINS	**-**	-	**7.363**	7.838
PIS	**-**	-	**1.590**	1.641
Base Negativa – IRPJ	**-**	-	**257**	358
Base Negativa – CSLL	**-**	-	**101**	-
IRPJ Diferido	**-**	-	**126**	-
CSLL Diferido	**-**	-	**57**	-
INSS	**-**	-	**112**	-
Saldo Negativo - IRPJ	**-**	-	**-**	-
	-	-	**9.606**	9.837
Total	**6.725**	4.965	**36.200**	24.954

9. Estoques - Consolidado

	31/12/2009	**31/12/2008**
Material de almoxarifado	**17.028**	14.168

Os materiais de almoxarifado compreendem, basicamente, peças destinadas a manutenções das linhas de transmissões da ECTE, EATE, ETEP, ENTE e ERTE estão avaliados ao custo de aquisição, que não excedem ao valor de reposição.

10. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2009 e 2008, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com: sua controladora, controladas, controladas em conjunto, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

Todas as transações foram realizadas nas condições usuais de mercado e podem ser assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2009	**31/12/2008**	**31/12/2009**	**31/12/2008**
Ativo				
Circulante	**108.187**	35.775	**-**	-
Contratos de mútuo	**-**	496	**-**	-
ETES	**-**	496	**-**	-
Dividendos a receber	**89.671**	23.886	**-**	-
Transminas Hoding S.A.	**1.855**	705	**-**	-
EATE	**38.213**	6.600	**-**	-
ENTE	**19.840**	5.803	**-**	-
ERTE	**9.036**	1.999	**-**	-
ETEP	**5.359**	2.027		
ECTE	**9.560**	2.177	**-**	-
STN	**4.395**	4.532		
LUMITRANS	**737**	43	**-**	-
STC	**676**	-	**-**	-
Juros sobre capital próprio	**18.516**	11.393	**-**	-
STN	**5.671**	5.701		
EATE	**6.938**	2.660	**-**	-
ENTE	**2.975**	1.748	**-**	-
ETEP	**1.731**	764	**-**	-
ECTE	**1.201**	520	**-**	-

10. **Partes relacionadas**--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2009	**31/12/2008**	**31/12/2009**	**31/12/2008**
Não Circulante	**20.586**	28.634	**-**	-
Adiant. p/ futuro aumento de Capital	**20.586**	28.634	**-**	-
Transminas Holding S.A.	**-**	20	**-**	-
ETES	**2.086**	18.114	**-**	-
STC	**7.000**	7.000	**-**	-
Lumitrans	**3.500**	3.500	**-**	-
Queluz	**8.000**	-	**-**	
Total do ativo	**128.773**	64.409	**-**	-

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2009	**31/12/2008**	**31/12/2009**	**31/12/2008**
Passivo				
Circulante	**-**	45.018	**-**	45.018
Contratos de mútuo	**-**	45.018	**-**	45.018
Guarupart Participações Ltda.	**-**	45.018	**-**	45.018
Total do passivo	**-**	45.018	**-**	45.018

Contratos de mútuo

Os contratos de mútuo são atualizados a taxa de 10% a.a.

O saldo de mútuo ativo referente ao contrato firmado com a ETES foi liquidado em 26 de outubro de 2009, com recursos próprios da mutuária.

O saldo de mútuo passivo referente ao contrato firmado com a Guarupart Participações foi liquidado dia 02 de setembro de 2009, com recursos oriundos da emissão de debêntures.

10. **Partes relacionadas**--Continuação

Garantias

Em 04 de dezembro de 2007, a Companhia foi autorizada pelo seu Conselho de Administração a prestar quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, aplicações financeiras, avais, fianças e penhor da totalidade das ações nominativas de emissão da empresa Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (STC), de sua titularidade, no contrato de financiamento, mediante abertura de crédito a ser celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O referido contrato de abertura de crédito foi celebrado em 28 de dezembro de 2007.

Em 11 de fevereiro de 2008, a Companhia foi autorizada pelo seu Conselho de Administração a prestar quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor da totalidade das ações nominativas de emissão das Companhias Foz do Rio Claro Energia S.A. e Ijuí Energia S.A., de sua propriedade, nos contratos de financiamentos, mediante abertura de créditos a serem celebrados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os referidos contratos de abertura de crédito foram celebrados em 09 de abril de 2008.

Em 13 de outubro de 2008, a Companhia foi autorizada por seu Conselho de Administração a prestar garantias em contratos financeiros de emissão das controladas: Foz do Rio Claro Energia S.A. no montante de até R$ 112.000 com o Unibanco (Itaú); Ijui Energia S.A. no montante de até R$ 65.000 com o Unibanco, Banco Votorantim e Itaú BBA; Guarupart com ABN Amro Bank, Banco Votorantim e Itaú BBA, no montante de até R$ 50.000. Os contratos celebrados com o Unibanco e seu sucessor Itaú permanecem vigentes em 31 de dezembro de 2009.

Em 17 de novembro de 2008, a Companhia assinou a Cédula de Crédito Bancário - CCB, no valor de R$8.000 como devedora solidária da ETES junto ao Itaú-BBA (sucessor do Unibanco S.A). Esta CCB foi aditada em 13 de março de 2009, em 15 de maio de 2009 e em 25 de maio de 2009, sendo o principal, nesta última data de R$6.000. O referido contrato foi celebrado e continua vigente em 31 de dezembro de 2009.

Em 18 de dezembro de 2009, a Companhia, por força de Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, firmados entre Coomex Empresa Operadora do Mercado Energético Ltda., Foz e Ijuí, comprometeu-se a entregar cartas de garantia às suas controladas para fins de cumprimento das obrigações previstas em referidos contratos.

10. **Partes relacionadas**--Continuação

Em 11 de fevereiro de 2008 e em 15 de dezembro de 2008, a Companhia foi autorizada pelo seu Conselho de Administração a prestar quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, aplicações financeiras, avais, fianças e penhor da totalidade das ações nominativas de emissão das Companhias Usina Paulista Queluz de Energia S.A. e Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. de sua propriedade, nos contratos de financiamentos, mediante abertura de créditos a serem celebrados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme decisões de Diretoria nº 975 e 976 de 10 de novembro de 2008, respectivamente. Os referidos contratos de abertura de crédito foram celebrados em 11 de março de 2009.

Em 15 de dezembro de 2008, em Assembléia Geral, ratificou-se o penhor da totalidade das ações nominativas de emissão da empresa Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (STN) em seu contrato de financiamento firmado junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB).

Em 16 de março de 2009, a Companhia foi autorizada pelo seu Conselho de Administração a prestar quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor da totalidade das ações nominativas de emissão da Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. (ETES), de sua titularidade, no contrato de financiamento, mediante abertura de crédito a ser celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O referido contrato de abertura de crédito foi celebrado em 04 de maio de 2009.

Em reunião realizada em 07 de dezembro de 2009, nosso Conselho de Administração aprovou a contratação junto à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP (“FINEP”) de financiamento no valor total de R$72.841. O referido contrato de financiamento conta com a fiança da Guarupart, e foi celebrado em 17 de dezembro de 2009.

Em 22 de dezembro de 2009, o Conselho de Administração da Companhia a autorizou a prestar quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais e fiança, e penhor da totalidade das ações nominativas de emissão da ETES, e de sua titularidade, necessárias ao atendimento das condições estabelecidas no Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 09.2.1467.1, celebrado entre o BNDES e a ETES. O referido contrato de abertura de crédito foi celebrado em 29 de dezembro de 2009.

10. Partes relacionadas--Continuação

Em 28 de dezembro de 2009, por deliberação de seu Conselho de Administração, a Companhia foi autorizada a prestar quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais e fiança, e penhor da totalidade das ações nominativas de emissão da EATE, e de sua titularidade, necessárias ao atendimento das condições estabelecidas no Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito a ser celebrado com o BNDES, conforme Decisão de Diretoria do BNDES nº 1356/2009. O referido contrato de abertura de crédito foi celebrado em 29 de dezembro de 2009.

Em 28 de dezembro 2009, a Companhia foi autorizada por seu Conselho da Administração a prestar garantia sob a forma de fiança à EBTE no Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito a ser celebrado com o BNDES, conforme Decisão de Diretoria nº 1409/2009. O referido contrato de abertura de crédito foi celebrado em 28 de dezembro de 2009.

Outros contratos

A Companhia e as suas controladas e controladas em conjunto poderão celebrar contratos de engenharia e construção com outras empresas do Grupo Alusa.

A política consiste em não operar com as empresas do Grupo Alusa para o desenvolvimento das atividades de geração e transmissão de energia, bem como dos nossos outros projetos de infra-estrutura. Em todos os casos em que as subsidiárias celebraram, ou possam vir a celebrar, contratos com o Grupo Alusa, além de sempre ser necessária a anuência prévia da ANEEL, necessariamente atendemos aos preços e às condições usuais de mercado.

Em 31 de dezembro de 2009, encontram-se em aberto: Contratos de *Engeneering Procurement and Construction* (EPC) celebrados entre a Alusa Engenharia Ltda. e as controladas Queluz e Lavrinhas, cujos prazos para conclusão das obras estão previstos para abril de 2010 e agosto de 2010, respectivamente; Contrato de *Engeneering Procurement and Construction* (EPC) celebrado entre a Alusa Engenharia Ltda. e Ijuí Energia S.A.; cujo prazo para conclusão das obras está previsto para 2010; Contrato de *Prestação de Serviços* celebrados entre a Alusa Engenharia Ltda. e a controlada ETES (referente a realização e gerenciamento das atividades necessárias à implantação de reforços, bem como a realização de parte dos serviços de obras civis e montagem eletromecânicas, necessárias à implementação dos reforços);); Contrato de *Engeneering Procurement and Construction* (EPC) celebrado entre a Alusa Engenharia Ltda. e a controlada EATE; e Contratos de Engenharia do Proprietário celebrados entre a Alusa Engenharia Ltda. e, Ijuí e Foz do Rio Claro, cujos prazos para conclusão das obras estão previstos para 2010.

10. **Partes relacionadas**--Continuação

Outros contratos

A Companhia e as suas controladas e controladas em conjunto poderão celebrar contratos de engenharia e construção com outras empresas do Grupo Alusa. Todavia, até a presente data, a Companhia que não é signatária de nenhum contrato com suas Partes Relacionadas, detém em seus atos societários os seguintes mecanismos para tal espécie de contratação:

- O Conselho de Administração instituiu o comitê de contratação de partes relacionadas, cuja função é elaboração de opinião sobre a celebração de contrato com partes relacionadas. Compete ao comitê de contratação de partes relacionadas manifestar sobre a celebração de todo e qualquer contrato entre a Companhia e suas controladas/coligadas, seus membros da administração, seu Acionista Controlador, e, ainda, a Companhia e sociedades controladas e coligadas dos administradores e do Acionista Controlador, assim como, com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre o mesmo grupo de fato ou de direito, sempre que for atingido num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R$200 ou valor igual ou superior a 1% sobre o patrimônio líquido da Companhia, considerando-se aquele que for maior.

- O Estatuto Social da Companhia, em seu artigo 17, parágrafo 3º, prevê que a deliberação sobre a celebração, ou rescisão de contratos e obrigações de qualquer natureza entre a Alupar e quaisquer dos administradores e/ou acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como outras sociedades nas quais os administradores e/ou o acionista controlador tenham interesse, que venham a envolver valores substanciais, assim entendidos aqueles que ultrapassem 5% (cinco por cento) do total de ativos da Alupar dependerá da aprovação da maioria de votos dos membros do Conselho de Administração, com pelo menos o voto favorável de um conselheiro independente.

Em todos os casos em que as nossas controladas celebraram, ou possam vir a celebrar, contratos com partes relacionadas, além de sempre ser necessária a anuência prévia da ANEEL, necessariamente serão atendidos os preços e condições usuais de mercado.

10. Partes relacionadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia atualmente detém os seguintes contratos envolvendo Partes Relacionadas:

Contratante	Contratada	Natureza	Valor	Data Inicial	Prazo para Conclusão das Obras
Lavrinhas	Alusa	Contrato de EPC	133.800	31/03/2007	3º Trimestre de 2010
Queluz	Alusa	Contrato de EPC	137.900	31/03/2007	2º Trimestre de 2010
EATE	Alusa	Contrato de EPC	29.300	24/01/2008	2º Trimestre de 2010
Ijuí	Alusa	Contrato de Prestação de serviços	4.800	24/03/2008	2º Trimestre de 2010
Foz do Rio Claro	Alusa	Contrato de Prestação de serviços	4.800	24/03/2008	2º Trimestre de 2010
Ijuí	Alusa	Contrato de EPC	31.400	04/05/2009	2º Trimestre de 2010

Contratos da Queluz e Lavrinhas

Os Contratos de EPC, envolvendo as empresas Alusa Engenharia, Lavrinhas e Queluz foram celebrados quando ainda não havia relação jurídica envolvendo Partes Relacionadas. Isso porque o ingresso da Companhia como acionista de Queluz e Lavrinhas ocorreu através de realização de uma Assembléia Geral Extraordinária datada de 18 de setembro de 2007 e tais contratos foram celebrados em 31 de março de 2007.

Contrato da Ijui

Em relação ao contrato de EPC, celebrado entre Alusa Engenharia e Ijuí, esclarecemos que tal contratação ocorreu em virtude da rescisão do contrato que nossa controlada detinha com a Conpasul Construção e Serviços Ltda. A rescisão motivou-se pelo atraso no cronograma das obras, gerados principalmente por problemas gerenciais da contratada. Rescindido o contrato, a Ijuí consultou outras construtoras, sendo que algumas delas não mostraram interesse em assumir a obra e outras pediram prazo de aproximadamente 60 dias para a apresentação de cotações. Diante dos atrasos e do impacto já causado na conclusão da obra e considerando-se que a Alusa Engenharia já realizava os trabalhos de engenharia do proprietário, a Ijuí optou por submeter tal contratação ao seu Conselho de Administração, a qual foi devidamente aprovada.

Referida deliberação estava sujeita a veto do FI-FGTS, nos termos do Acordo de Acionistas celebrado em 05 de setembro de 2009.

Em relação aos demais contratos, esclarecemos que nossas controladas adotaram as medidas necessárias para a averiguação de sua compatibilidade com os preços de mercado, de forma que consultaram concorrentes da Alusa Engenharia à época da contratação.

10. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração dos administradores da companhia – controladora

De acordo com o nosso Estatuto Social, a Assembléia Geral de Acionistas define uma remuneração global aos membros de nosso Conselho de Administração, de nossa Diretoria, assim como dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, em decorrência do exercício de suas funções. Caberá ao nosso Conselho de Administração a distribuição da remuneração global fixada pela Assembléia Geral, a serem pagos aos seus membros e aos membros de nossa Diretoria.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e atingimento de metas. A política de remuneração da Companhia manteve-se consistente nos últimos três exercícios sociais.

Em Assembléia Geral realizada em 13 de abril de 2009, nossos acionistas aprovaram o valor de até R$ 5.500, para remuneração global dos membros do nosso Conselho de Administração e Diretoria para o exercício de 2009, dividido da seguinte maneira.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC nº 05, aprovado pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia apresenta a seguir os valores pagos e os benefícios concedidos a seus administradores durante os exercícios de 2009 e 2008.

As tabelas abaixo mostram, para os exercícios indicados, a remuneração de nossos administradores, a qual inclui os conselheiros e diretores estatutários:

	2009		2008	
	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração
Benefícios de curto prazo				
Remuneração fixa	**2.673**	**948**	2.318	882
Remuneração variável	**1.201**	**-**	177	-
	3.874	**948**	2.495	882
Benefícios não monetários				
Assistência médica	**42**	**-**	30	-
Seguro de vida em grupo	**5**	**-**	4	-
Veículos – valor residual	**207**	**-**	63	-
	254	**-**	97	-
Benefícios pós-emprego				
Previdência privada	**152**	**-**	84	-
Total geral	**4.280**	**948**	2.676	882

11. Investimentos

a) Movimentação do exercício

	Saldo em 01/01/2009	Adições/ (Baixas)	Dividendos Declarados	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2009
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial					
Transminas Holding S.A.	33.745	-	(3.970)	7.813	**37.588**
EATE	111.708	4.387	(48.079)	60.697	**128.713**
ENTE	81.314	20	(38.965)	36.494	**78.863**
ECTE	25.107	7	(15.645)	10.237	**19.706**
ERTE	15.910	4	(9.937)	7.049	**13.026**
ETEP	32.361	1.032	(12.106)	14.813	**36.100**
STN	117.384	-	(27.077)	25.629	**115.936**
STC	12.260	-	(675)	723	**12.308**
Lumitrans	4.331	-	(730)	654	**4.255**
ETES	(90)	20.977	-	(362)	**20.525**
TME	-	465	-	-	**465**
Foz do Rio Claro Energia	41.008	-	-	-	**41.008**
Ijuí Energia	42.058	-	-	-	**42.058**
Queluz	11.300	-	-	-	**11.300**
Lavrinhas	10.959	-	-	-	**10.959**
	539.355	26.892	(157.184)	163.747	**572.810**
Outros investimentos					
Terrenos	-	3.345	-	-	**3.345**
Outros	1	-	-	-	**1**
	1	3.345	-	-	**3.346**
	539.356	30.237	(157.184)	163.747	**576.156**

11. **Investimentos**--Continuação

b) Informações das investidas

Os investimentos em controladas e controladas em conjunto estão representados por:

	31/12/2009															
	Transminas Holding	EATE	ECTE	ENTE	ERTE	ETEP	STN	STC	Lumitrans	Foz do Rio Claro	Ijuí	Queluz	Lavrinhas	ETES	TME	Total
Capital social - quantidade de ações ou quotas total	44.860.000	180.000.010	42.095.000	100.840.000	23.400.000	45.000.010	198.000.000	61.360.000	28.070.000	82.000.000	84.100.000	45.182.135	43.817.126	20.978.000	1.000	
Quantidade de ações ou quotas possuídas	31.409.996	64.566.280	16.843.146	50.431.144	11.703.144	18.095.585	100.979.997	12.272.000	4.210.292	41.008.194	42.058.404	11.300.318	10.959.036	20.977.997	309	
Ordinárias	31.409.499	46.020.150	16.843.146	50.431.144	11.703.144	13.505.150	100.979.997	12.272.000	4.210.292	41.008.194	42.058.404	11.300.318	10.959.036	20.977.997	309	
Preferenciais	497	18.546.130	-	-	-	4.590.435	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Patrimônio líquido	53.682	357.000	49.249	157.690	26.045	89.865	227.326	61.541	28.371	82.000	84.100	45.182	43.817	20.524	1.501	
Resultado do exercício	11.158	159.317	25.588	72.977	14.097	35.082	50.253	3.616	4.401	-	-	-	-	(363)	-	
Participação no capital social, no final do exercício	70,02%	35,87%	40,01%	50,01%	50,01%	40,21%	51,00%	20,00%	15,00%	50,01%	50,01%	25,01%	25,01%	100,00%	31,00%	
Participação no patrimônio líquido	37.588	128.713	19.706	78.863	13.026	36.099	115.936	12.308	4.255	41.008	42.059	11.300	10.959	20.525	465	572.811

	31/12/2008															
	Transminas Holding	EATE	ECTE	ENTE	ERTE	ETEP	STN	STC	Lumitrans	Foz do Rio Claro	Ijuí	Queluz	Lavrinhas	ETES	TME	Total
Capital social - quantidade de ações ou quotas total	44.860.000	180.000.010	42.095.000	100.840.000	23.400.000	45.000.010	198.000.000	61.360.000	28.070.000	41.008.200	84.100.000	45.182.136	43.817.126	1.000	-	
Quantidade de ações ou quotas possuídas	31.409.998	60.834.525	16.838.146	50.420.144	11.700.144	17.155.868	100.979.997	12.271.997	4.210.289	41.008.197	42.058.407	11.300.320	10.959.038	997	-	
Ordinárias	31.409.499	46.000.150	16.838.146	50.420.144	11.700.144	13.500.150	100.979.997	12.271.997	4.210.289	41.008.197	42.058.407	11.300.320	10.959.038	997	-	
Preferenciais	499	14.834.375	-	-	-	3.655.718	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Patrimônio líquido	48.193	330.527	62.766	162.626	31.819	84.882	230.164	61.302	28.876	41.008	84.100	45.182	43.817	(90)	-	
Resultado do exercício	4.237	108.265	22.915	48.479	9.093	28.990	44.503	1.117	1.028	-	-	-	-	(91)	-	
Participação no capital social, no final do exercício	70,02%	33,80%	40,00%	50,00%	50,00%	38,12%	51,00%	20,00%	15,00%	99.99%	50,01%	25,01%	25,01%	99,70%	-	
Participação no patrimônio líquido	33.745	111.709	25.107	81.313	15.910	32.361	117.384	12.260	4.331	41.008	42.058	11.300	10.959	(90)		539.355

12. Imobilizado - Consolidado

a) Composição

	Taxas anuais de depreciação	31/12/2009	31/12/2008
Em serviço			
Custo		**2.532.032**	2.480.076
Transmissão		**2.529.365**	2.478.347
Terrenos	-	**562**	562
Edificações	4%	**15.354**	15.068
Máquinas e Equipamentos	2,5 a 10%	**2.510.668**	2.460.864
Veículos	20%	**2.057**	1.213
Móveis e utensílios	10%	**723**	640
Administração	10%	**2.667**	1.729
(-) Depreciação acumulada		**(341.084)**	(268.811)
Transmissão		**(340.436)**	(268.673)
Edificações		**(2.187)**	(1.597)
Máquinas e equipamentos		**(337.373)**	(266.553)
Veículos		**(679)**	(391)
Móveis e utensílios		**(197)**	(132)
Administração		**(648)**	(138)
Total em Serviço		**2.190.948**	2.211.265
Em curso			
Transmissão		**243.360**	75.801
Edificações		**113**	100
Máquinas e Equipamentos		**33.915**	19.377
Veículos		**211**	79
Móveis e Utensílios		**224**	-
Transformação, fabricação e reparo de materiais		**1.156**	1.113
Materiais em Depósito		**151.036**	26.785
Compra em Andamento e Adiantamento de Fornecedores		**35.728**	16.191
A ratear		**18.097**	9.353
Depósitos Judiciais		**2.880**	2.803
Geração		**904.354**	424.750
Administração		**19.423**	10.423
Total em curso		**1.167.137**	510.974
Total imobilizado		**3.358.085**	2.722.239

13. Intangível - Consolidado

	Taxas anuais de amortização	31/12/2009	31/12/2008 Reclassificado
Em serviço			
Custo		**18.538**	18.227
Transmissão		**10.130**	10.317
Ágio		**-**	-
Servidões	10%	**9.321**	9.607
Outros	10%	**809**	710
Geração		**-**	-
Administração		**8.408**	7.910
Ágio na aquisição de ações		**8.157**	7.910
Outros		**251**	-
(-) Amortização acumulada		**(3.458)**	(3.062)
Transmissão		**(3.392)**	(3.062)
Servidões		**(2.993)**	(3.045)
Outros		**(399)**	(17)
Administração		**(66)**	
Total em serviço		**15.080**	15.165
Em curso			
Custo		**36.031**	17.776
Transmissão		**2.847**	3.158
Servidões		**2.651**	2.659
Software		**104**	-
Outros		**92**	499
Geração		**314**	-
Administração		**846**	-
Projetos em desenvolvimento		**32.024**	14.618
Total do intangível		**51.111**	32.941

13. Intangível – Consolidado--Continuação

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC nº 01 e 04, aprovados pelas Deliberações CVM nº 527/08 e 553/08, respectivamente, os ativos intangíveis com tempo de vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso, bem como o ágio decorrente da expectativa de rentabilidade futura foram testados com relação ao valor recuperável em dezembro de 2009, não havendo perdas a serem reconhecidas sobre os mesmos, vide detalhamento na Nota Explicativa 3, letra f .

Conforme mencionado na Nota Explicativa 3, letra "f", a Companhia transferiu, no primeiro trimestre deste ano, os saldos de seus projetos do ativo diferido para esta conta.

Ágio na aquisição de ações

Os ágios registrados pela Companhia foram originários dos investimentos nos seguintes empreendimentos, ainda em fase pré-operacional, e estão assim distribuídos em 31 de dezembro de 2009:

	31/12/2009	31/12/2008
Empreendimentos pré-operacionais		
PCH Queluz	**2.665**	2.665
PCH Lavrinhas	**5.245**	5.245
Empreendimentos operacionais	**247**	-
	8.157	7.910

14. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Arrendamento mercantil	**444**	490	**444**	490
Banco J. Safra - Leasing	**289**	481	**289**	481
Banco Real – Vendor	**-**	9	**-**	9
Banco Itaú Leasing	**155**	-	**155**	-
Notas promissórias	**-**	94.127	**-**	94.127
Debêntures públicas	**323.041**	-	**323.041**	-
1ª Emissão	**74.913**	-	**74.913**	-
Banco ABC	**6.992**	-	**6.992**	-
Banco Itaú BBA	**27.168**	-	**27.168**	-
Banco Santander	**11.537**	-	**11.537**	-
Banco Votorantim	**29.216**	-	**29.216**	-
2ª Emissão	**248.128**	-	**248.128**	-
Banco ABC	**4.164**	-	**4.164**	-
Banco Itaú BBA	**201.052**	-	**201.052**	-
Banco Santander	**21.531**	-	**21.531**	-
Banco Votorantim	**21.381**	-	**21.381**	-
Financiamento de bens	**3.004**	-	**1.852.198**	1.569.011
Moeda nacional	**3.004**	-	**1.756.392**	1.404.101
BNDES	**-**	-	**1.317.700**	909.664
Banco do Nordeste do Brasil	**-**	-	**265.473**	282.872
Banco Unibanco	**-**	-	**21.463**	59.009
BRDE	**-**	-	**21.694**	22.847
Banco Industrial	**-**	-	**1.081**	1.302
Banco do Brasil	**3.004**	-	**6.253**	3.893
BDMG	**-**	-	**53.519**	57.584
Banco Itaú BBA	**-**	-	**84.749**	83.026
Banco Santander	**-**	-	**14.599**	16.097
Banco Votorantim	**-**		**-**	31.786
Banco Pine S.A	**-**	-	**31.168**	-
Conta Garantia	**-**		**(61.307)**	(**63**.979)
Moeda estrangeira	**-**	-	**95.806**	164.910
Banco Itaú BBA	**-**	-	**8.722**	-
Banco Unibanco	**-**	-	**-**	28.687
Banco Santander	**-**	-	**2.903**	4.421
BNDES	**-**	-	**74.164**	116.559
BDMG (PEM).	**-**	-	**9.305**	14.094
Resultado Operação *Swap*	**-**	-	**712**	1.149
Total	**326.489**	94.617	**2.175.683**	1.663.628
(-) Parcelas vincendas em curto prazo	**3.438**	94.328	**202.963**	343.936
Parcelas vincendas em longo prazo	**323.051**	289	**1.972.720**	1.319.692

14. **Empréstimos e financiamentos**--Continuação

a) Arrendamento mercantil

Vide maiores informações sobre a natureza das operações de arrendamento mercantil da Companhia na Nota Explicativa 3, letra **c**.

b) Debêntures públicas

1ª Emissão

Em reunião do Conselho de Administração da Alupar, foi aprovada em 10 de agosto de 2009 a emissão de Debêntures, conforme abaixo definido, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação ("Oferta Restrita"), nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009.

A emissão foi composta por 15.046 (quinze mil e quarenta e seis) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, dividas entre as 4 (quatro) séries da seguinte forma: (i) 9.046 (nove mil e quarenta e seis) Debêntures na primeira série ("Debêntures da 1ª Série"); (ii) 2.250 (duas mil duzentas e cinquenta) Debêntures na segunda série ("Debêntures da 2ª Série"); (iii) 3.000 (três mil) Debêntures na terceira série ("Debêntures da 3ª Série"); e (iv) 750 (setecentas e cinquenta) Debêntures na quarta série ("Debêntures da 4ª Série" e, em conjunto com as Debêntures da 1ª Série, as Debêntures da 2ª Série e as Debêntures da 3ª Série, "Debêntures"). O valor nominal unitário das Debêntures de cada uma das séries, nas respectivas datas de emissão, foi de R$ 10.000,00 (dez mil reais), perfazendo o valor total da Emissão de R$ 150.460 (cento e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta mil reais).

O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será corrigido ou atualizado por qualquer índice.

A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da respectiva Data de Emissão da Debênture de cada uma das Séries, equivalentes a 118,0% (cento e dezoito por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinqüenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br).

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será para as Debêntures de cada uma das Séries, a data de sua respectiva subscrição e integralização.

14. **Empréstimos e financiamentos**--Continuação

As Debêntures de cada uma das Séries terão as seguintes datas de vencimento finais:

(i) As Debêntures da 1ª Série vencerão em 27 de outubro de 2011;
(ii) As Debêntures da 2ª Série vencerão em 24 de outubro de 2011;
(iii) As Debêntures da 3ª Série vencerão em 24 de outubro de 2011; e
(iv) As Debêntures da 4ª Série vencerão em 27 de setembro de 2011.

Os recursos obtidos por meio da emissão foram destinados ao pagamento dos seguintes mútuos celebrados coma Garantidora:

(i) Contrato de abertura de crédito recíproco – Mutuo I, celebrado em 26 de dezembro de 2008, conforme posteriormente aditado em 29 de dezembro de 2008, entre a Garantidora (Guarupart) e a Emissora (Alupar), por meio do qual a emissora contraiu mútuo no valor principal de R$ 47.000 e com prazo de 12 meses, contados da data da assinatura do referido contrato, com renovação automática;

(ii) Contrato de abertura de crédito recíproco – Mutuo C0001-09, celebrado em 29 de dezembro de 2008, conforme posteriormente aditado em 2 de março de 2009, entre a Garantidora (Guarupart) e a Emissora (Alupar), por meio do qual a emissora contraiu mútuo no valor principal de R$ 100.000 e com prazo de 12 meses, contados da data da assinatura do referido contrato, com renovação automática; e

(iii) Após o pagamento dos mútuos, os recursos remanescentes foram utilizados para financiamento de capital de giro da Emissora.

As Debêntures contaram com a garantia fidejussória da Guarupart Participações Ltda., (“Garantidora”), na modalidade de fiança (“Garantia”). Nos termos do item 4.16.9 da Escritura de Emissão, a fiança vincula a Garantidora, bem como seus sucessores a qualquer título, inclusive na hipótese de qualquer reorganização societária, cisão, fusão, incorporação, alienação de controle, que ocorra com a Garantidora, devendo esta, ou seus sucessores, a qualquer título, assumir prontamente a fiança prestada. Nesta hipótese, a Escritura de Emissão deverá ser aditada para que constem os dados da sociedade sucessora da Garantidora.

14. **Empréstimos e financiamentos**--Continuação

As Debêntures não estão sujeitas a repactuação programada.

A liquidação financeira das Debêntures ocorreu em 2 de setembro de 2009.

As demais características, condições e direitos das Debêntures estão estabelecidos na Escritura de Emissão.

Em 30 de dezembro de 2009, foram liquidados antecipadamente, os saldos devedores vencíveis em curto prazo com recursos oriundos da 2ª emissão de debêntures da Companhia, restando um saldo de R$ 75.000 vencível em 2011.

2ª Emissão

Em reunião do Conselho de Administração da Alupar, foi aprovada em 09 de novembro de 2009, a 2ª (segunda) emissão, de debêntures, em duas séries, da espécie quirografária, não conversíveis em ações da Companhia ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), em conformidade com o disposto nos artigos 52 e seguintes da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), para distribuição pública, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), observado o procedimento simplificado para registro de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários previsto na Instrução CVM n.º 471, de 8 de agosto de 2008, e no convênio celebrado para esse fim em 20 de agosto de 2008 entre a CVM e Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID. As Debêntures terão as seguintes características e condições:

Valor total da emissão e data de emissão: o valor total da Emissão será de R$250.000, na Data de Emissão das Debêntures (conforme definido abaixo);

Número de séries: a Emissão será realizada em 2 (duas) séries ("Primeira Série" e "Segunda Série" e, quando referidas em conjunto, "Séries");

Quantidade de títulos: a Emissão será composta de 250.000 (duzentas e cinquenta mil) Debêntures.

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Data *de emissão*: para todos os fins e efeitos, a data de Emissão de cada uma das séries será o dia 15 de dezembro de 2009 ("Data de Emissão");

Valor nominal unitário: o valor nominal unitário das Debêntures ("Valor Nominal Unitário"), na Data de Emissão, será de R$ 1 (um mil reais);

Conversibilidade: as Debêntures não serão conversíveis em ações da Companhia;

Forma: as Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados;

Espécie: as Debêntures serão da espécie quirografária;

Destinação dos recursos: Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da *integralização* das Debêntures terão a seguinte destinação:

- ✓ aproximadamente 18,4% dos recursos captados, totalizando aproximadamente R$ 46.000 para o pagamento de dívidas representadas pelos seguintes instrumentos de dívida: (i) Cédula de Crédito Bancário nº 100109090012600 no valor principal de R$ 9.000 com encargos de 135% da Taxa DI e vencimento em 26 de janeiro de 2010 emitida em face do Banco Itaú BBA S.A., (ii) Cédula de Crédito Bancário nº 100109060016800 no valor principal de R$ 12.200 com encargos de 135% da Taxa DI e vencimento em 28 de dezembro de 2009 emitida em face do Banco Itaú BBA S.A; (iii) Cédula de Crédito Bancário nº 10010908001200 no valor principal de R$ 10.000 com encargos de 135,5% da Taxa DI e vencimento em 23 de novembro de 2009 emitida em face do Banco Itaú BBA S.A; (iv) Cédula de Crédito Bancário nº 10080823 no valor principal de R$ 5.000 com encargos de 100% da Taxa DI, acrescida de 5,500% a.a., correspondente a 0,4472% a.m e vencimento em 1 de julho de 2010 emitida em face do Banco Votorantim S.A; (v) Contrato de Mútuo nº 271020079, com valor principal de R$ 3.800 com encargos de 130% da Taxa DI, garantido por notas promissórias emitidas pela Alupar com aval da Guarupart, firmado com o Banco Santander (Brasil) S.A. e com vencimento em 23 de setembro de 2010, e (vi) Nota de Crédito Comercial no valor principal de R$ 3.000 com encargos de 140% da Taxa DI emitida em face do Banco do Brasil S.A. e com vencimento em 28 de maio de 2010;

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- ✓ aproximadamente 32% dos recursos captados, totalizando aproximadamente R$ 80.000 para pagamento de parte das Debêntures da Primeira Emissão da Companhia; e

- ✓ aproximadamente 49,6% dos recursos captados, totalizando aproximadamente R$124.000 para reforço de capital de giro.

Constituição de Garantia: as *Debêntures* não contarão com garantias;

Colocação e negociação: as Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos e do SND – Módulo Nacional de Debêntures, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e a *negociação* liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP");

Preço de subscrição: as Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração e, para as Debêntures da Segunda Série, da Atualização da Segunda Série (conforme abaixo definido), calculadas *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização;

Prazo e vencimento: as Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 4 (quatro) anos a contar da Data de Emissão ("Data de Vencimento das Debêntures da *Primeira* Série"), com vencimento final em 15 de dezembro de 2013, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado. As Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série" e quando em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, "Data de Vencimento"), com vencimento final em 15 de dezembro de 2014, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado. Por ocasião da Data de Vencimento, a Companhia se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas), pelo Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, se for o caso, acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo) devida;

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Amortização: a amortização das Debêntures da Primeira Série será realizada em 03 (três) parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2011; a segunda com vencimento em 15 de dezembro de 2012 e a última com vencimento em 15 de dezembro de 2013. A amortização das Debêntures da Segunda Série será realizada em 03 (três) parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2012; a segunda com vencimento em 15 de dezembro de 2013 e a última com vencimento em 15 de dezembro de 2014;

Atualização monetária: o Valor Nominal Unitário ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("Atualização da Segunda Série"). O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não estarão sujeitos a atualização;

Remuneração: (a) a partir da Data de Emissão, as Debêntures da Primeira Série farão jus a uma remuneração ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série") que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário. As *Debêntures* da Primeira Série renderão juros correspondentes à acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizada de um *spread* ou sobretaxa a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, limitado ao *spread* máximo de 1,90% (um inteiro e noventa centésimos por cento) ao ano, com base em 252 dias úteis ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série"); e (b) a partir da Data de Emissão, as Debêntures da Segunda Série da presente Emissão farão jus a juros remuneratórios de 8,95% (oito inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures de Segunda Série, imediatamente após a primeira data de amortização, nos termos da Escritura da Segunda Emissão de Debêntures, calculados por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinqüenta e dois) dias úteis, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme disposto na Escritura da Segunda Emissão de Debêntures;

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Pagamento da remuneração: o pagamento da Remuneração da Primeira Série será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, nos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de junho de 2010 e o último pagamento em 15 de dezembro de 2013, na Data de Vencimento das *Debêntures* da Primeira Série. O pagamento da Remuneração da Segunda Série será feito anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, no mês de dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de dezembro de 2010 e o último pagamento em 15 de dezembro de 2014, na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série;

Resgate antecipado: as Debêntures não serão objeto de resgate antecipado;

Vencimento antecipado: existem hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, conforme eventos *detalhados* no Prospecto, resultando na imediata exigibilidade do pagamento do Valor Nominal Unitário de cada Debênture pela Companhia, acrescido da Remuneração e encargos, calculados *pro rata temporis,* a partir da Data de Emissão, até a data do seu efetivo pagamento.

As demais características, condições e direitos das Debêntures estão estabelecidos na Escritura de Emissão.

c) Financiamento de bens

Os financiamentos de bens correspondem aos recursos captados pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto e estão sujeitos aos seguintes encargos:

Moeda nacional

Os financiamentos de bens estão sujeitos a atualização pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM) ou pelo Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), conforme o caso, com *spread* de 2,8% a 5,0% ao ano sobre o saldo devedor.

14. **Empréstimos e financiamentos**--Continuação

Moeda estrangeira

Os contratos de financiamentos em moeda estrangeira correspondem aos recursos captados pela Companhia e suas controladas, conforme a seguir:

- Companhia Transudeste de Transmissão e Companhia Transirapé de Transmissão, junto ao BNDES e demais instituições financeiras. Os saldos devedores são atualizados diariamente, a partir da data de liberação dos recursos, pela média ponderada das variações cambiais incidentes sobre os recursos captados pelo BNDES em moedas estrangeiras, a taxas que variam de 4,0% a 4,5% ao ano acima da taxa variável reajustada, calculada com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação dos recursos.

- Companhia Transleste de Transmissão junto ao BDMG, oriundo dos recursos captados BNB em moeda estrangeira originários do Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias Empresas no Nordeste do Brasil (PEM) e repassados pelo BDMG. Está sujeito a encargos de 5% ao ano acima da taxa variável definida com base na taxa de juros devida pelo BNB ao BID.

Ijuí Energia S.A. possui 2 (dois) contratos de empréstimos junto ao Banco Itaú BBA, no valor original de US$ 4.945. Estes contratos são atualizados pela variação cambial + juros de 3,20% e 3,26% a.a. respectivamente. Para mitigar os efeitos das variações cambiais destas operações, a IJUÍ contratou derivativos - *swap,* com atualizações a base de 139,5% a.a da variação do CDI.

Vide mais detalhes sobre os contratos de *swap*, na Nota Explicativa nº 21 que trata dos Instrumentos Financeiros contratados pela Companhia e Controladas.

14. **Empréstimos e financiamentos**--Continuação

Os vencimentos anuais dos empréstimos e financiamentos em longo prazo são os seguintes:

	31/12/2009	31/12/2008
		Reclassificado
2010	**-**	150.500
2011	**339.383**	155.893
2012	**271.248**	156.854
2013	**274.648**	158.007
2014	**196.120**	158.284
2015	**173.745**	144.165
Após 2015	**717.576**	395.991
Total	**1.972.720**	1.319.692

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais, recebíveis e penhor dos direitos emergentes da concessão e caução das ações ordinárias das empresas de energia.

Alguns dos contratos de financiamento nos exigem manter certos índices financeiros ou cumprir outras obrigações específicas. Qualquer inadimplemento aos termos de nossos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado pelos respectivos credores poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos de financiamento e a cobrança de juros e multa. Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto.

15. Contribuições e impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
IRRF	**35**	5	**7.019**	4.552
IRPJ	**-**	8	**24.125**	12.137
CSLL	**-**	-	**30.554**	18.394
PIS	**556**	221	**1.245**	675
COFINS	**2.559**	1.019	**5.215**	2.848
ICMS	**-**	-	**5.664**	37
INSS	**1**	1	**698**	1.094
Outros	**115**	38	**2.306**	1.782
	3.266	1.292	**76.826**	41.519

16. Benefícios fiscais

a) Redução do imposto de renda

Algumas de nossas controladas e controladas em conjunto são titulares de benefícios fiscais federais que garantem a redução de imposto de renda na região da Superintendência de Desenvolvimentos da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Com fundamento na Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, do Governo Federal, as empresas ETEP, EATE, ERTE, ENTE e STN são titulares de benefícios fiscais federais que garantem redução de 75% do imposto de renda, inclusive adicional, sobre o lucro da exploração de empreendimentos instalados na região da SUDAM e da SUDENE, pelo prazo de 10 anos. A fruição do benefício fiscal dá-se a partir do ano-calendário subseqüente à entrada em operação do projeto, segundo laudo expedido pela SUDAM e SUDENE. Até o presente momento, diversamente das demais transmissoras da Alupar, a ERTE não está usufruindo da redução de imposto de renda por ter optado pelo lucro presumido.

Nos exercícios de 2009 e 2008, estes benefícios geraram as seguintes reduções do imposto de renda em nossas controladas:

Controladas	**2009**	**2008**
STN	**8.154**	7.288
EATE	**25.377**	24.733
ENTE	**13.171**	11.564
ETEP	**6.432**	6.275
	53.134	49.860

17. Provisão para compensação ambiental

Como parte do processo de licenciamento, as companhias controladas e controladas em conjunto são obrigadas a realizar investimentos em unidades de conservação, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades (geração e transmissão de energia elétrica). Para tanto, o IBAMA determina o valor a ser investido e a destinação de tal investimento. O valor do investimento em compensação ambiental deve ser equivalente a pelo menos 0,5% do valor total dos investimentos em um empreendimento, assim, em 31 de dezembro de 2009, está provisionado o montante de R$ 9.843 (R$ 10.080 em 2008).

18. Patrimônio líquido

a) Capital autorizado

Nos termos do artigo 8º do seu Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias e/ou ações preferenciais, até o limite de 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações. Compete, igualmente, ao Conselho de Administração fixar as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de integralização.

Dentro do limite de capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral, a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle.

Ademais, os acionistas da Companhia possuem direito de preferência para subscrição de novas ações, ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, cujo prazo para exercício será de 30 (trinta) dias. Este direito de preferência poderá, no entanto, a critério do Conselho de Administração, ser excluído ou ter seu prazo para exercício reduzido, na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações, dentro do limite do capital autorizado."

b) Capital social

O capital social da Companhia no valor total de R$ 804.001, está representado por 163.910.000 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2009 é a seguinte:

Acionista	Capital Integralizado	Participação %
Guarupart Participações Ltda.	134.666.992	82,16
FI-FGTS	29.242.997	17,84
Membros do Conselho de Administração	11	-
	163.910.000	100,00

18. Patrimônio líquido--Continuação

Em 18 de setembro de 2009, foi aprovado em assembléia geral extraordinária, o aumento do capital social em R$ 400.000, mediante a emissão de 29.243.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pelo Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS. Os recursos aportados pelo FI-FGTS serão utilizados exclusivamente para construção, modernização, reforma, ampliação ou implantação de empreendimentos de infraestrutura detidos pela Alupar ou pelas sociedades por esta controladas que sejam responsáveis pela implantação de tais empreendimentos.

Foi ainda firmado Acordo de Acionistas entre a Guarupart Participações Ltda. e o FI-FGTS, o qual se encontra arquivado na sede da Companhia.

c) Reservas de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício limitada a 20% do capital social.

Reserva de lucros a realizar

Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembléia, para sua destinação.

d) Dividendos propostos

De acordo com o artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão de direito de receber como dividendo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, acrescido ou diminuído dos seguintes valores: a) importância destinada à constituição de reserva legal; b) importância destinada à constituição de reserva para contingência e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

O montante do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado, nos termos da Lei.

18. Patrimônio líquido--Continuação

As demonstrações contábeis registram a proposta da Administração da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas em Assembléia Geral, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora
Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2008	23.172
- dividendos de 2008 aprovados pela AGO de 08/09/2009	58.960
- dividendos pagos no exercício	(82.132)
- dividendos mínimos propostos no exercício – 25%	29.102
Saldo de dividendo a pagar em 31 de dezembro de 2009	**29.102**

19. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2009	**31/12/208**	**31/12/2009**	**31/12/2008**
Despesas financeiras				
Encargos e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	**16.770**	22.406	**111.446**	209.865
Outras	**2.664**	876	**31.678**	26.182
	19.434	23.282	**143.124**	236.047
Receitas financeiras	**9.113**	1.529	**21.748**	32.965
Outras	**9.113**	1.529	**21.748**	32.965

20. Contingências

A situação de processos e contingências envolvendo a Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2009 está descrita a seguir:

Atualmente, a Companhia é parte de somente três processos judiciais, sendo que figuramos como ré em apenas dois destes processos. A Companhia não é parte em nenhum processo administrativo. Nossas controladas são partes em processos administrativos e judiciais envolvendo tributos, obrigações trabalhistas, responsabilidade civil e ainda em processos administrativos referentes a obrigações fiscais e outros encargos impostos por agências governamentais, inclusive a ANEEL. Em 31 de dezembro de 2009 o valor histórico consolidado das demandas em que figurávamos como parte representavam, aproximadamente, R$ 51.585, dos quais R$ 3.800 encontravam-se provisionados. O referido montante provisionado refere-se ao valor histórico, o qual foi atualizado conforme os índices legais aplicáveis.

20. **Contingências**--Continuação

O cálculo dos valores a serem provisionados foi feito com base nos valores efetivamente envolvidos e no parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e no julgamento de nossa administração, sendo que somente são provisionados os valores relativos aos processos que entendemos ser de perda provável.

A posição consolidada das nossas contingências, provisões e depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2009 é a seguinte: (i) fiscal: (a) contingência: R$ 38.234; (b) provisão: R$ 1.300; (c) depósito judicial: R$ 2.400; (ii) cível: (a) contingência: R$ 4.357; (b) depósito judicial: R$ 3.100; (iii) fundiário: (a) contingência: R$ 7.573; (b) provisão: R$ 2.000; (c) depósito judicial: R$ 10.300; (iv) trabalhista: (a) contingência: R$ 1.419; (b) provisão: R$ 500; (c) depósito judicial: R$ 200; (v) total: (a) contingência: R$ 53.400; (b) provisão: R$ 3.800; (c) depósito judicial: R$ 16.000.

Apresentamos a seguir uma breve descrição dos processos em que nossas Subsidiárias figuram como parte, de acordo com sua natureza.

Processos de natureza fiscal

Nossas Subsidiárias figuram como parte em 166 processos judiciais e administrativos que versam sobre matéria fiscal, os quais representavam uma contingência total de, aproximadamente, R$ 38.234, sendo que este montante corresponde ao valor histórico dos referidos processos.

Processos de natureza cível

Atualmente, há 31 ações desse tipo em andamento e, segundo os advogados externos da Companhia, o valor total, calculado com base no valor da causa, é de R$ 4.357, com possibilidade de êxito possível e provável em quase a totalidade das ações.

Processos de natureza fundiária

Nossas Subsidiárias figuram como parte em 243 processos que versam sobre matéria fundiária, os quais representavam uma contingência total de, aproximadamente, R$ 7.573, calculada com base no valor histórico das ações.De uma maneira geral, os processos de natureza fundiária envolvem discussões acerca de pedidos de constituição de servidão administrativa e desapropriações. Em referidas ações já foi depositado em juízo a quantia de R$ 10.300.

20. **Contingências**--Continuação

Processos de natureza trabalhista

Nossas Subsidiárias figuram como parte em cerca de 37 processos judiciais trabalhistas, os quais representavam uma contingência total de, aproximadamente, R$ 1.419, calculada com base no valor histórico das ações.De uma maneira geral, o objeto destes processos refere-se ao pagamento de horas extras. Os montantes relativos a créditos classificados com chances de perda provável estão devidamente provisionados no balanço da empresa.

Processos de natureza ambiental

Nossas Subsidiárias figuram como parte em 1 processo judicial e 2 processos administrativos perante o Ministério Público Estadual e Federal, respectivamente, que versam sobre matéria ambiental. Os processos administrativos ambientais envolvem os danos ambientais decorrentes do desvio de uma linha de transmissão instalada pela Companhia no Estado do Rio Grande do Sul e por danos ambientais causados com a construção de linha de transmissão da ECTE. Neste último, o Ministério Público Federal enviou em junho de 2009, proposta de acordo no valor estimado de R$0,5 milhão.

Devido à natureza dos processos ambientais e do valor da causa não necessariamente possuir relação com os pedidos, não temos como atribuir-lhes valor a título de contingência.

Processos de natureza regulatória

Não figuramos como parte em nenhum processo administrativo que versa sobre matéria regulatória.

21. Prejuízos fiscais

A Companhia apresentou prejuízos fiscais nos exercícios de 2009 e 2008, para os quais não se reconheceu contabilmente um ativo fiscal diferido, devido a natureza de sua receitas serem quase totalmente oriundas das equivalências patrimoniais de seus investimentos e estas receitas não serem computadas na apuração do lucro real, base para tributação pelo imposto de renda e contribuição social. Apresentamos a seguir a composição dos prejuízos fiscais com a indicação do valor dos tributos que não se qualificaram para esse reconhecimento:

21. Prejuízos fiscais--Continuação

	Controladora	
	31.12.2009	**31.12.2008**
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	**122.530**	97.569
Adições/exclusões		
- gratificações administradores	**1.001**	165
- despesas não dedutíveis	**11**	15
- Receitas de juros sobre capital próprio	**20.275**	13.403
- variações cambiais – competência	**105**	49.800
- equivalência patrimonial	**(163.747)**	(114.599)
- variação cambial – liquidada	**(105)**	(50.278)
Prejuízo fiscal no exercício	**(19.930)**	(3.925)
Alíquotas fiscais combinadas	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(6.776)**	(1.334)

22. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.) o qual é aprovado pelo Conselho de Administração. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros, ativos e passivos tais como: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, mútuos, adiantamento para futuro aumento de capital, impostos a recuperar, investimentos e empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, em 31 de dezembro de 2009, registrados em contas patrimoniais, não apresentam valores de mercado significativamente diferentes dos reconhecidos nas demonstrações contábeis, considerando os critérios de mensuração de cada um.

22. **Instrumentos financeiros**--Continuação

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como conseqüência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

De acordo com a Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 e Instrução CVM n°475 de 17 de dezembro de 2008, estamos divulgando informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em nosso balanço patrimonial e também a análise da sensibilidade de risco dos referidos instrumentos financeiros.

As informações requeridas aplicáveis à Companhia e suas controladas e controladas em conjunto estão a seguir apresentadas:

a) Política de utilização de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto têm como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. Todos os contratos de derivativos são com operações de *swap*, todas registradas na CETIP. A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da companhia.

b) Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu um Comitê de Finanças, Auditoria e Partes Relacionadas, que é responsável pelo desenvolvimento e monitoramento das políticas de administração de risco e tem feito isto por meio da identificação das exposições e correlações entre os diferentes fatores de risco.

22. **Instrumentos financeiros**--Continuação

As políticas de administração de risco da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites. As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto.

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto possuem os seguintes riscos associados à utilização de seus instrumentos financeiros:

Risco de mercado

É o risco de que mudanças de mercado, como mudanças nas taxas de câmbio, nas taxas de juros e de preços irão afetar as receitas da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto ou o valor de seus instrumentos financeiros.

Risco de taxas de câmbio

Os resultados da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são suscetíveis a variações cambiais significativas decorrentes das operações de financiamento e empréstimos contratados em moeda estrangeira.

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteger ou reduzir os custos financeiros das operações de financiamentos.

A contratação de operações de instrumentos financeiros derivativos de *swaps*, tem por objetivo minimizar riscos em operações de empréstimos e financiamentos em moedas estrangeiras. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, não têm efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

22. Instrumentos financeiros--Continuação

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, podem ser controladas por operações de swap para travar o custo financeiro das operações.

Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamento. Em determinadas circunstâncias podem ser contratadas operações de swap para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto têm por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, conforme descrito no item anterior. Em 31 de dezembro de 2009 somente a controlada Ijuí Energia S.A. possuía contratos com swap.

A Administração da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos.

c) Saldos de ativos e passivos consolidados relativos a operações com derivativos

	Risco de câmbio		Risco de taxas de juros		
Descrição	***Hedge***	**Outros**	***Hedge***	**Outros**	**Total**
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	8.722	-	-	-	8.722

22. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Valores estimados de mercado

Os valores justos foram estimados na data das demonstrações contábeis baseados em "informações relevantes de mercado". Mudanças nas premissas e alterações nas operações do mercado financeiro podem afetar significativamente as estimativas apresentadas. Os métodos e premissas adotados pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto para estimar a divulgação do valor justo de seus derivativos em 31 de dezembro de 2009 estão descritos abaixo:

Swap de variação cambial e taxas de juros: Estimados com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Estes contratos não prevêem pagamentos intermediários antes da data de vencimento. A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto não tem por objetivo liquidar estes contratos antes de seu vencimento.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos estimados dos derivativos da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2009. Nesses mesmos períodos os valores nominais em aberto expostos à variação da moeda norte-americana, bem como os respectivos valores justos, estão demonstrados a seguir:

	Valor de referência (nocional)	Valor justo	Efeito acumulado	
Descrição	**31/12/2009**	**31/12/2009**	**Valor a receber**	**Valor a pagar**
Contratos de "*swaps*"				
Posição ativa				
Moeda estrangeira: US$				
Índices: variação cambial + juros				
Taxas: 3,20% e 3,26% a.a. (pré-fixado)	**9.016**	**8.722**	-	-
Posição passiva				
Moeda estrangeira: US$				
Índices: variação do CDI				
Taxas: 139,5% a.a. (pré-fixado)	**9.016**	**9.434**	-	712

O valor a pagar líquido dos instrumentos financeiros derivativos demonstrados tem vencimento em até 7 dias.

22. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Quadro demonstrativo da análise de sensibilidade - Efeito na variação do valor justo

Esse risco decorre da possibilidade de perdas pela elevação nas taxas de câmbio que aumentem os saldos de passivos de empréstimos e financiamentos captados no mercado. As controladas que possuem empréstimos-pontes em moeda estrangeira, possuem *hedge* de moeda estrangeira correspondentes a 100% de seus endividamentos em 31 de dezembro de 2009. As demais controladas que possuem financiamentos de longo prazo vinculados a linhas de créditos em moeda estrangeira (cesta de moedas do BNDES), não possuem *hedge* para estas parcelas de financiamentos, face a representatividade do saldo em moeda estrangeira ser inferior a 20% do total de seus endividamentos.

Vide abaixo análise de sensibilidade do risco taxa de câmbio, demonstrando os efeitos nos resultados de variação nos cenários:

Quadro demonstrativo da análise de sensibilidade - Risco da variação cambial

Operação	Risco	Cenário provável (I)	Cenário II	Cenário III
Ativos financeiros				
Derivativos				
Swap - Ponta ativa	USD	415	2.699	4.983
Passivos financeiros				
	USD	415	2.699	4.983
Empréstimos e financiamentos	Cesta de moedas	6.487	32.061	57.633
Referência para passivos financeiros	**Apreciação da taxa em**			
Cesta de moedas (composta basicamente da variação do USD)		1,886	2,358	2,829

Quadro demonstrativo da análise de sensibilidade - Risco de elevação dos encargos financeiros

Esse risco decorre da possibilidade de perdas pela elevação nas taxas de juros ou outros indexadores de dívidas que aumentem os saldos dos empréstimos e financiamentos captados no mercado.

22. Instrumentos financeiros--Continuação

Consideramos que os saldos de nossos ativos financeiros (aplicações financeiras) não apresentam oscilações que afetem significativamente nossos resultados financeiros. Apresentamos abaixo análise de sensibilidade do risco de elevação dos encargos financeiros sobre nossos passivos financeiros (empréstimos e financiamentos), demonstrando os efeitos nos resultados de variação nos cenários:

Operação	Risco	Cenário provável (I)	Cenário II	Cenário III
Passivos financeiros				
	TJLP	80.053	99.484	120.082
	IGP-M	(1.349)	(1.011)	(675)
	IPCA	65	82	98
Empréstimos e financiamentos	CDI	34.688	43.359	52.030
Derivativos				
Swap - Ponta passiva	CDI	21	354	422
Referência para passivos financeiros	**Apreciação da taxa em:**			
TJLP		6,0%	7,5%	9,0%
IGP-M		(1,71%)	(1,28%)	(0,86%)
IPCA		0,37%	0,46%	0,56%
CDI		8,6%	10,7%	12,8%

23. Seguros

As Companhias e suas controladas e controladas em conjunto mantêm cobertura de seguros contra incêndio sobre os bens do ativo imobilizado, em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

23. **Seguros**--Continuação

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2009, estão assim distribuídos:

Natureza do risco	Cobertura	Prêmio
Risco nomeado (incêndios, inundações, queda de raio, explosão, etc.)	412.961	546
Garantia/Concessões Publicas / EC (BNDES)	543.887	10.025
Risco de Engenharia	649.020	2.461
Garantia (carta-fiança)	21.882	-
Responsabilidade Civil	83.500	1.223
Responsabilidade Civil - Administradores	11.800	42
Total	**1.723.050**	**14.297**

24. Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vales refeições e plano de previdência privada, que oferece planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas.

25. Compromissos

Acordo de acionistas

Conforme Acordo de Acionistas, datado de 23 de julho de 2001, a Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. e a Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. se comprometiam a recomprar a totalidade das 88.000.000 e 18.000.000 ações preferenciais, respectivamente, de seu acionista Centrais Elétrica Brasileiras S.A. - Eletrobrás no prazo máximo de 10 anos após o 24° mês do início da operação comercial da linha de transmissão.

Atráves dos Intrumentos Particulares de Cessão de Direitos e Obrigações entre a Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A., Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A., e Guarupart Participações Ltda, incorporadora e sucessora da Companhia Técnica de Engenharia Elétrica, datados de 10 de abril de 2002 e 5 de dezembro de 2001, respectivamente, passou a obrigação de recompra das referidas ações para os acionistas.

25. **Compromissos**--Continuação

A partir de 26 de setembro de 2007, o compromisso de recompra das ações da Eletrobrás, passou a ser da Alupar Investimento S.A., uma vez que a Guarupart Participações Ltda transferiu suas participações acionárias na Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. e na Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. para a Alupar Investimento S.A., mediante aumento de capital conforme Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Até 31 de dezembro de 2009, já foram recompradas pela Companhia, 19.458.887 ações da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. e 4.590.437 ações, da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A., respectivamente, no montante de R$ 30.680 e de R$ 7.212.

Essas transações são reconhecidas nas demonstrações contábeis a medida que são efetivadas.

Contrato de compra e venda de ações com condição suspensiva

A Alupar e a Guarupart Participações Ltda firmaram, em 28 de dezembro de 2007, um contrato de compra e venda de ações com condições suspensivas que se baseia nos seguintes aspectos:

- A Guarupart Participações Ltda (vendedora) é detentora de 6.324.000 ações ordinárias integralizadas, representando 51,0% do capital social da Transchile Charrua Transmisión S.A., sociedade válida e existente de acordo com as leis da República do Chile;

Contrato de compra e venda de ações com condição suspensiva

- A vendedora ainda fará novos aportes na Transchile até que a linha de transmissão entre em operação e, por sua vez, integralizará novas ações, que englobarão e farão parte do referido contrato de compra e venda;
- A vendedora deseja vender as ações para a Alupar (compradora), tão logo a Transchile entre em operação comercial, de acordo com os termos e condições estabelecidas no contrato;
- A transferência de ações está condicionada à aprovação do agente regulador da Transchile, qual seja, a Superintendência de Eletricidad y Combustibles (SEC) bem como de qualquer outro órgão com a competência na matéria e dos agentes financiadores do empreendimento; e

25. **Compromissos**--Continuação

- O preço de compra das ações detidas pela vendedora, a ser pago pela Alupar, será o correspondente ao total do valor em Reais aportado como capital, corrigido pelo IGP-M/FGV pro rata die, desde a data de cada aporte, até a data do efetivo pagamento.

Opções de compra e venda de ações preferenciais das empresas Ijuí Energia S.A. e Foz do Rio Claro Energia S.A.

Em 5 de setembro de 2008, a Companhia celebrou com o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FI-FGTS"), um Acordo de Acionistas e Instrumentos de Opções de Compra e Venda de Ações, os quais prevêem o ingresso do FI-FGTS como acionista das empresas Foz do Rio Claro Energia S.A. e Ijuí Energia S.A. Com a formalização do processo o Fundo passou a deter 49,99% do capital social total de cada empresa. O ingresso do FI-FGTS foi formalizado mediante realização de AGE da Ijuí Energia S.A. e da Foz do Rio Claro Energia S.A., em 09 de dezembro de 2008 e 23 de janeiro de 2009, respectivamente.

Opções de compra e venda de ações preferenciais das empresas Usina Paulista Queluz de Energia S.A. e Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.

Em 2 de outubro de 2008, a Companhia celebrou com o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FI-FGTS"), um Acordo de Acionistas e In**s**trumentos de Opções de Compra e Venda de Ações, os quais prevêem o ingresso do FI-FGTS como acionista **n**as empresas Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. e Usina Paulista Queluz de Energia S.A. Com a formalização do processo o Fundo passou a deter 49,99% do capital social total de cada empresa. O ingresso do FI-FGTS foi formalizado mediante realização de AGE da empresas em 16 de dezembro de 2008.

Distrato da opção de compra de ações de emissão da Lumitrans- Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Em 07 de julho de 2009, foi assinado o Instrumento Particular de Distrato da Opção de Compra de ações de emissão da Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica, entre as empresas Alupar Investimento S.A., Luminar Montagens Elétricas Ltda., Luminar Comércio e Indústria Ltda. e Auto Invest Inspeções Técnicas de Veículos Ltda., nos termos a seguir descritos.

25. **Compromissos**--Continuação

As partes têm entre si, certo e ajustado, o que segue:

- A Alupar reconhece que a Auto Invest sucedeu os direitos e obrigações em relação às Opções de Compra de Ações originalmente outorgadas pela Cia. Técnica à Luminar Montagens;
- A Auto Invest, por não ter interesse em aumentar sua atual participação de 5% (cinco por cento) no capital da Lumitrans, renuncia em favor da Alupar neste ato ao direito de exercer as Opções de Compra de Ações e esta, em contrapartida, pagará à Auto Invest, a título de indenização, o valor fixo e irreajustável de R$ 1.336, da seguinte forma: a) primeira parcela no valor de R$ 250 a ser paga até 30 de julho de 2009; b) segunda parcela no valor de R$ 250 a ser paga até 30 de agosto de 2009; c) e o saldo de R$ 836 a ser pago em 10 (dez) parcelas mensais fixas, irreajustáveis e consecutivas de R$ 83,6 todo dia 30, iniciando-se em 30 de setembro de 2009;

- Ficam automaticamente rescindidas as Opções de Compra detidas pela Auto Invest.

Contrato de Compra e Venda de Ações de emissão da ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Em 10 de novembro de 2009, a Alupar Investimento S.A (compradora), a MDU Sul Transmissão de Energia Ltda. (vendedora) e a CENTENNIAL ENERGY HOLDINGS INC (garantidora), firmaram um contrato de compra e venda de ações, cujo objeto é a aquisição pela Alupar de 4.213.710 (quatro milhões, duzentas e treze mil, setecentas e dez) ações ordinárias da ECTE ("Ações"), em quatro porções distintas, sendo: a primeira de 1.053.429 (um milhão, cinqüenta e três mil, quatrocentas e vinte e nove) ações ordinárias e nominativas de emissão da ECTE ("Lote(s) de Ações") e as demais de 1.053.427 (um milhão, cinqüenta e três mil, quatrocentas e vinte e sete) ações ordinárias. Os Lotes de Ações deverão ser transferidos pela Vendedora para a Compradora mediante o pagamento do Preço de Compra, que deverá ocorrer em quatro parcelas anuais, sendo a primeira parcela devida somente após 12 meses da Data de Fechamento e as três seguintes em parcelas a serem pagas sucessivamente a cada 12 meses juntamente com a transferência do respectivo Lote de Ações, tudo conforme definido no Contrato;

25. **Compromissos**--Continuação

A compra e venda das ações deverá ser aprovada previamente pela ANEEL, pelo BNDES e por qualquer outra instituição financeira ou agente financeiro que seja ou venha a ser financiador da ECTE, conforme exigidos por contratos de financiamentos.

Referido contrato se encontra em processo de análise para aprovação pelo BNDES, Bancos Financiadores, ANEEL e pelo CADE.

26. Eventos subseqüentes

Em 20 de janeiro de 2010, foi constituída a Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso - ETEM, com o objetivo de construir, implantar, operar, dar manutenção na linha de transmissão LT Cuiabá Nobres – Nova Mutum e suas respectivas instalações componentes do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Elétrico Interligado e suas ampliações, objeto do Lote D, do Leilão nº 005/2009- ANEEL, realizado em 27 de novembro de 2009, onde o consórcio formado pela Alupar Investimento (60,0%) e a Bimetal Indústria Metalurgica Ltda. (40,0%), foi vencedor.

O contrato de concessão se encontra em fase de assinatura pela ANEEL.

Conselho de Administração
Paulo Roberto de Godoy Pereira
José Luiz de Godoy Pereira
Guilherme Martins de Godoy Pereira
Ana Helena Godoy Pereira de Almeida Pires
José Lázaro Alves Rodrigues
Fernando Xavier Ferreira
Alexandre Gonçalves da Silva
Roberto Carlos Madoglio
Bolívar Tarragó Moura Neto
Flávio Eduardo Arakaki
César Luiz de Godoy Pereira

Diretoria
Paulo Roberto de Godoy Pereira
José Luiz de Godoy Pereira
Enio Luigi Nucci

Contadora
Silvana Conceição Oliveira dos Santos
CRC-PE-1-13.628 - 'S'- SP